

**Contar  
Áfricas!**

**Contar  
Áfricas!**

**Contar  
Áfricas!**

---

**Contar Áfricas!** é uma exposição-ensaio, um exercício científico-museológico em que importa a diversidade de África e não a “visão” que de África tiveram os portugueses.

As peças de **Contar Áfricas!**, foram escolhidas, uma a uma, por investigadores da antropologia, artes, geografia, história e literatura que, ao longo das suas investigações, têm estudado África e temas que com ela se relacionam, ou têm realizado propostas metodológicas, pedagógicas ou de intervenção cívica que se cruzam com o tema da exposição.

O conjunto das peças e da palavra definitiva de cada uma delas, destacada pelo seu curador, foram agrupadas em três núcleos, **Espaços e Poderes, Conquista e Exploração, Símbolos e Cores**. Estas orientações de leitura visual e de conteúdos, geradoras de muitas mais palavras explicativas, entrecruzam-se no espaço expositivo, permitindo a cada visitante construir ou corrigir, para vir a contar África.

A multiplicidade dos curadores, peças e palavras, construíram o objectivo da exposição: uma chamada de atenção sobre a diversidade de África, nos seus poderes, organizações sociais, culturas e valores, mostrando algumas das diferenças e originalidades que se registam em tão vasto território.

---

## Índice

# Espaços e Poderes

<b>Ancestralidade</b>	pg. 6
<b>Arquivo</b>	pg. 8
<b>Escrita</b>	pg.10
<b>Independência</b>	pg. 11
<b>Mãe</b>	pg. 12
<b>Mulher</b>	pg. 13
<b>Mapa</b>	pg. 16
<b>Política</b>	pg. 18
<b>Realeza</b>	pg. 19
<b>Reino</b>	pg. 20
<b>Reparar</b>	pg. 22
<b>Revolução</b>	pg. 24

# Conquista e Exploração

<b>Comércio</b>	pg. 28
<b>Desumanizar</b>	pg. 32
<b>Direitos</b>	pg. 34
<b>Discriminar</b>	pg. 36
<b>Escravidão</b>	pg. 38
<b>Exuberância</b>	pg. 39
<b>Metalurgia</b>	pg. 40
<b>Racistas, nós?!</b>	pg. 41
<b>Resiliência</b>	pg. 44

# Símbolos e Cores

<b>Adivinhação</b>	pg. 48
<b>Animal</b>	pg. 50
<b>Capulanas</b>	pg. 52
<b>Ciência</b>	pg. 53
<b>Cipale</b>	pg. 54
<b>Conhecer</b>	pg. 56
<b>Conhecimento</b>	pg. 57
<b>Crenças</b>	pg. 58
<b>Crianças</b>	pg. 60
<b>Criatividade</b>	pg. 61
<b>Djidiu</b>	pg. 62
<b>Duração</b>	pg. 64
<b>Panaria</b>	pg. 66
<b>Poder</b>	pg. 68
<b>Preservar</b>	pg. 70
<b>Protecção</b>	pg. 72
<b>Resistência</b>	pg. 74
<b>Sabedoria</b>	pg. 75
<b>Sincretismo</b>	pg.76
<b>Transfiguração</b>	pg. 78

Nos textos todos os parenteses retos são da responsabilidade da Coordenação Científico-museológica.

A utilização ou não do acordo ortográfico de 1990, é da responsabilidade dos Comissários Científicos.

# Espaços e Poderes



# Ancestralidade

Ana Isabel Palma Santos - Museu Nacional de Arqueologia

As máscaras Cihongo, representam um espírito ancestral masculino, que providencia riqueza, prosperidade e saúde às comunidades, quando devidamente evocado e cultuado nos rituais iniciáticos dos filhos de chefes Tshokwe, para legitimar e confirmar a natureza e origem divina do seu poder.

Estão também presentes em cerimónias públicas que incluem complexas coreografias que propiciam às comunidades coesão social, sentimento de pertença e garantia de perenidade, pela repetição de narrativas míticas onde se evocam e recriam sem cessar os feitos grandiosos dos seus ancestrais

divinizados. A ancestralidade é assim o alicerce que sustenta todo o edifício social, político e religioso das sociedades tradicionais africanas.

A barba em forma de disco por baixo do queixo, a boca larga entreaberta que revela os dentes esculpidos, os olhos semicerrados inseridos em grandes órbitas circulares e sobretudo a natureza simbólica dos signos e pictogramas presentes, constituem elementos de uma narrativa assente na tradição oral, com que todos os membros da comunidade se identificam e reconhecem.

*As Coleções Etnográficas do Museu Nacional de Arqueologia refletem na sua origem, constituição e organização, a própria história deste Museu, que no seu conceito fundacional se designou Museu Etnográfico Português.*

*Muitas vezes referido por José Leite de Vasconcelos como “Museu do Homem Português”, um dos seus eixos estruturantes assentava na existência de Coleções Comparativas com as recolhidas em Portugal continental, como as de Arqueologia de outros países e de Etnografia africana, nomeadamente as oriundas das antigas colónias portuguesas em África. O ressurgimento do interesse institucional por este acervo reflete-se na realização em 2013 de uma exposição em parceria com o extinto Instituto Investigação Científica e*

*Tropical, denominada “África Reencontrada – o ritual e o sagrado em duas coleções públicas portuguesas”.*

*A excecional qualidade de algumas das suas peças está patente na sua presença em grandes exposições internacionais, como “África. Land of Spirits”, no MUDEC – Museo delle Culture, em Itália, por ocasião da Exposição Universal de Milão de 2015.*

*Ana Isabel Palma Santos - Arqueóloga, exercendo funções de conservadora no Museu Nacional de Arqueologia. Responsável pelas coleções de arqueologia e mais recentemente também pelas coleções de etnografia onde tem vindo a proceder à reorganização, inventário e documentação dos seus variados núcleos, nomeadamente das denominadas “Coleções Africanas” para o que conta com a assessoria científica da Doutora Manuela Cantinho da Sociedade de Geografia de Lisboa.*

**Máscara Chiongo-Tshokwe**  
Angola  
Madeira, metal.  
Alt. 27,7 | larg. 17,4 | prof. 12,3cm  
Museu Nacional de Arqueologia

# Arquivo

Ricardo Roque - ICS / ULisboa

Baixa do Dembo Qilumbo-  
Quiacongo 29 de Fevereiro  
1913  
D. Sebastião Francisco  
Dembo Caculo Canzega  
Meu parante e Amigo  
e peço-me, o grande favor  
de mandar-me aquelle  
Carta com <sup>fitaço</sup> que tenho;  
mandado o Dembo Caculo  
Canzega por que,  
aquelle fitaço pertencen-  
te em Quilumbo Quiacongo  
e que pertencente este  
fitaço meu parante  
e Amigo por que o mesmo  
Caculo Canzega em fe-  
cul a guerra mais  
em Quilumbo Quiacongo  
tenha a minha razão,  
e por isso elle mandou-me  
242

Os historiadores estão habituados a analisar a ação dos europeus em África, e a sua relação com as sociedades locais, a partir de textos que os europeus escreveram, circularam, e por fim guardaram como seus arquivos de Estado.

Contudo, também os africanos foram prolíficos criadores e arquivadores de documentos nos seus próprios termos culturais – quer em interação com europeus, quer entre africanos/as. Os documentos preservados pelos Estados ou chefaturas Ndembu (Jindembu) em Angola são testemunhos importantes da centralidade plurissecurar de práticas africanas de arquivo. Em 1934, o antropólogo português António de Almeida tomou posse (alegadamente “por empréstimo”) do Arquivo de Estado do Dembo Caculo Canzega, trazendo-o para Lisboa, para seu estudo.

Na década de 2000, este espólio de mais de mil documentos, abrangendo do século XVII ao século XX, foi redescoberto por investigadores do Instituto de Investigação Científica Tropical. Junto com as autoridades angolanas, iniciou-se um processo de revalorização que culminaria no reconhecimento dos “Arquivos Ndembu” como Património da Humanidade pela UNESCO, em 2011. O documento aqui em exposição – uma carta trocada entre autoridades Dembo em 1913 – é um fragmento deste valioso

diverso e complexo arquivo africano. D. Sebastião Agombe apela ao seu destinatário que “mande” uma “carta com feitiço” – um apelo que indicia que os textos africanos em circulação, por vezes, poderiam ser entendidos como agentes de um tipo de poder que excedia a simples informação escrita.

*Ricardo Roque - Historiador e antropólogo social, é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde coordena atualmente o Grupo de Investigação 'Impérios, Colonialismo e Sociedades Pós-coloniais'. É o Investigador Responsável do projeto "Arquivos coloniais nativos: micro-histórias e comparações" financiado pela FCT (PTDC/HAR-HIS/28577/2017), no qual se enquadra a curadoria da presente peça. É autor de "Antropologia e Império" (ICS, 2001) e "Headhunting and Colonialism" (Palgrave, 2010).*

Carta de D. Sebastião Agombe, Dembo Qilumbo Quiacongo, a D. Sebastião Francisco, Dembo Caculo Canzega. 1913  
Papel. 2fl. alt. 20,9 | larg. 13,2cm  
Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa  
cota Dembos, Cx.09, Doc. 188



# Escrita

*Catarina Madeira-Santos - École des Hautes Études en Sciences Sociales - Institut des Mondes Africains*



Porquê contar a relação da África com a Escrita, através do bastão do [rei] Dembo Kakulu Kakahenda (Angola) e não através de um documento escrito sobre papel? Porque este bastão não é apenas uma insígnia de poder africano. Ele é também um suporte de escrita, já que apresenta aposto um lacre, marcado com um carimbo daquela chefia. Atrás desta peça está uma longa história que começa no século XVI, quando os Portugueses levaram a escrita alfabética para o antigo reino do Kongo e para Angola. O poder dos brancos não só se impôs através da guerra e da escravatura, como chegou com o papel, a escrita, o lacre e o carimbo. Porém, a escrita foi rapidamente apropriada pelas chefias africanas que contrataram escrivães e secretários, constituíram arquivos e estabeleceram intensas correspondências internas e com Luanda. A possibilidade de redigir cartas, testamentos, petições, etc, tornou-se numa poderosa arma de negociação e de resistência do ponto de vista africano. Mas não só. Se a escrita começou por representar o poder dos conquistadores e foi depois apropriada como meio de comunicação, ela acabou por se tornar também numa insígnia de poder africano, como o prova o lacre aposto ao bastão do Dembo Kakulu Kakahenda.

*É Maître de Conférences na EHESS, onde ensina História de África e do Império português. Desde os anos 90 que publica nestas áreas, e em especial sobre: a tradição escrita e arquivística das chefias de Angola; as interações entre direito português e direitos consuetudinários; a política das Luzes em Angola; e a história da escravatura interna numa perspectiva de longa duração.*

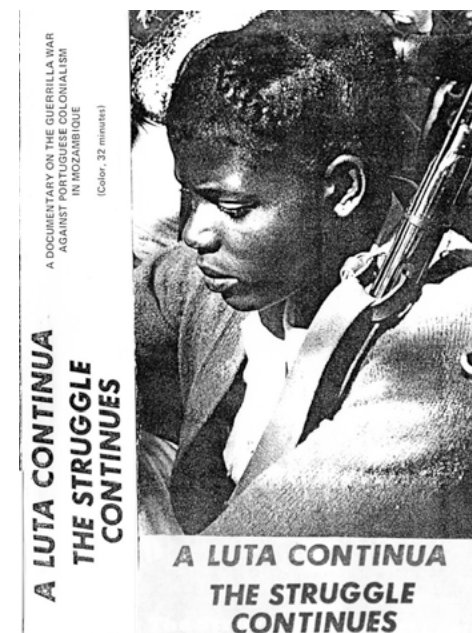
# Independência

*Aurora Almada e Santos  
IHC / NOVA FCSH*

*A Luta Continua* (1972) resultou de uma encomenda de Eduardo Mondlane, da FRELIMO [Frente de libertação de Moçambique], a Robert van Lierop, um ativista norte-americano. O filme retrata as transformações políticas, sociais e económicas que a FRELIMO alegava estar a implementar em Moçambique, nas áreas que afirmava que tinha libertado. O objetivo do filme era conquistar o apoio da opinião pública internacional, para impulsionar a solidariedade transnacional com a luta pela independência de Moçambique. O filme foi amplamente divulgado, contribuindo para a criação da ideia de que estava em curso o processo de criação de um novo país independente.

**Bastão do Dembo Kakulu Kakahenda com um lacre**  
Madeira. alt. 116cm  
Sociedade de Geografia de Lisboa  
SGL-AC-438  
©Carlos Ladeira

***A Luta Continua***  
Realização de Robert Van Lierop  
1971



*Sou investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde me tenho dedicado ao estudo da dimensão internacional da descolonização portuguesa. Tenho como temas de interesse a atividade diplomática dos movimentos de libertação em fóruns internacionais e as ações de solidariedade relativas às colónias portuguesas promovidas por atores não estatais.*



## Mãe

Jorge Fonseca - CHAM / NOVA FCSH

O território de África, alento e amparo dos povos que o habitam há centenas de milhares de anos, tem sido a matriz identitária geradora de diferentes formas de coesão política, religiosa, socioeconómica e cultural. As criações artísticas de muitas das suas comunidades, do Benim ao Planalto Maconde, em Moçambique, do Congo ao Zimbábue, refletem o mais apurado sentido telúrico e estético. Esta escultura de uma mulher com o seu filho, inclinada para o solo, fonte de vida mas igualmente de esforço e dor, pode simbolizar a terra africana, mãe dos seus povos. As escarificações que apresenta no rosto mostram a sua pertença à comunidade maconde de origem, bem como às tradições, crenças e rituais que a caracterizam.

*Jorge Fonseca, doutor em Estudos Portugueses, pela FCSH da UNL. Investigador integrado do CHAM (Centro de Humanidades), da FCSH da Universidade NOVA de Lisboa. Autor de livros e artigos sobre os Escravos em Portugal na Época Moderna, sobre as Irmandades de Negros em Portugal e sobre as relações do reino lusitano com os povos africanos. Foi membro do Comité Português do Projeto UNESCO «Rota do Escravo». Organizador, consultor e colaborador de colóquios, exposições e outros projetos sobre os temas da Escravidão e dos Africanos em Portugal.*

**Uma mãe transportando um filho às costas  
Planalto Maconde, Moçambique  
Madeira de ébano  
alt. 16,5cm - larg. 6,5cm | prof. 9 cm  
Museu Nacional de Etnologia. Lisboa  
Inv. AY.022  
©DGPC/ADF José Pessoa 2001**

## Mulher

Filipa Lowndes Vicente  
ICS-ULisboa

Como acontece com tantos outros objetos, as fotografias viajam e circulam de mão em mão. Comprei esta fotografia em 2014 numa feira de rua em Lisboa. Ao fazê-lo, separei esta fotografia de outras feitas pela mesma pessoa, enviadas à mesma pessoa ou guardadas pela mesma pessoa. Tornou-se, assim, uma “fotografia encontrada”. Nada sei sobre ela a não ser aquilo está lá - na imagem de um lado, e no texto, do outro. Nada nesta fotografia nos remete para as coordenadas de espaço e tempo em que ela foi realizada. Mas o texto manuscrito nas costas da imagem, em formato de postal, e com aquela moldura branca, irregular, tão própria das fotografias de algumas décadas do século XX, já nos ajuda a transformá-la em “documento histórico”. As palavras de tinta azul que preenchem completamente o espaço afirmam que se trata de uma fotografia de uma mulher do norte de Angola. O texto está assinado por um Vítor e tem data de 15-11-1961 e, por isso, sabemos que o fotógrafo disparou a máquina fotográfica em Angola algures antes de 1961.



Mas existe outro elemento que nos remete para outros tempos e outros espaços: o pano que a mulher traz vestido reproduz um desenho de Winston Churchill, vestido de uniforme militar. O “V” de vitória aparece várias vezes no pano. Vitória dos aliados na II Guerra Mundial? Vitória dos britânicos na II Guerra Anglo Boer (1899) onde Churchill era um jovem soldado? Assim, o pano que a mulher angolana traz vestido remete-nos para outra região de África, outras cronologias, outros conflitos, e outro contexto colonial – o britânico e não o português. A imagem parece preservar a subjetividade e individualidade das pessoas fotografadas, a mulher e a criança. Mas o texto manuscrito vem perturbar a imagem, transformando esta mulher, num “tipo”, representativo de “todas” as mulheres do norte de Angola em relação às quais o “Vitor” faz um comentário racista. Muitas destas imagens foram feitas em contexto de grande desigualdade – étnica, social, sexual. Mas a dignidade humana e o olhar da mulher sem nome, e da filha ou filho que leva ao colo, desafiam as palavras manuscritas que carrega às costas.

*Investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, doutorou-se na Universidade de Londres, em 2000. É autora de vários artigos e livros sobre história de viagem, coleções, fotografia e colonialismos. Sobre África escreveu recentemente “Black Women’s Bodies in the Portuguese Colonial Visual Archive (1900-1975)”, Portuguese Literary & Cultural Studies, 30/31, 2017, pp. 16-67. Com Inês Vieira Gomes, “Tensions of empire and monarchy: the African tour of the Portuguese crown prince in 1907”, in R. Aldrich and C. McCreery, eds., Royals on tour: politics, pageantry and colonialism (Manchester University Press, 2018), pp. 146-168) e “Inequalities on trial: conflict, violence and dissent in the making of colonial Angola (1907-1820)”, in Francisco Bethencourt, ed., Inequality in the Portuguese-speaking World (Sussex Academic Press, 2018), pp. 217-242.*

**Fotografia de mulher com capulana**  
Anterior a 1961  
Papel. alt. 14 | larg. 9cm  
Col. Particular  
©Luís Pavão 2018

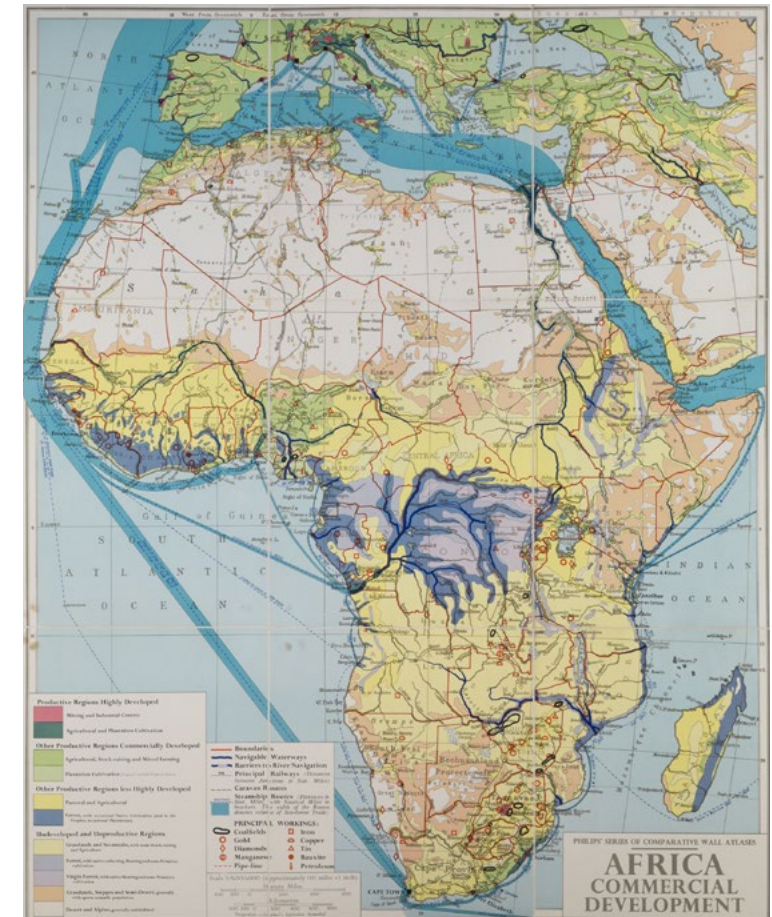


# Mapa

Maria José Roxo - CICS / NOVA FCSH

África é um Continente de uma enorme diversidade, de paisagens, de recursos naturais, de culturas e saberes e de populações. Esta imensa riqueza, aparece refletida neste mapa, mas juntando o estático ao dinâmico. O objetivo é claro, um “olhar de fora”, o diagnóstico e a identificação das potencialidades do Continente, para fins económicos. Não deixa de ser uma representação e uma visão de um “momento no tempo”, que se deve integrar no seu contexto, mas que, no final, não é muito diferente do actual.

*Como geógrafa a cartografia é um elemento crucial. Os mapas são elementos fascinantes, permitem analisar e interpretar representações espaciais de diferentes tipos de fenómenos. No meu caso, o interesse pelo estudo de uma Geografia dos Recursos Naturais, justifica a minha curiosidade por África.*



African Commercial Development. Oito Mapas de África. 1964  
Philip's Comparative Series of Wall Atlases Africa, edited by  
J.F. Unstead, M.A., D. Sc. And E.G.R. Taylor, D. Sc., LL. D. Cpulana  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. NOVA, Geografia  
©Luís Pavão 2018





# Política

*Pedro Cardim - CHAM / NOVA FCSH*

Escolhi esta peça porque ela mostra que, no continente africano, sempre existiram formações políticas governadas por líderes poderosos, os quais dominaram territórios vastos com base num forte dispositivo militar e numa complexa estrutura administrativa. A peça releva, ainda, que essas formações políticas produziram formas artísticas com um forte cunho identitário. O Benim é apenas um caso entre muitos exemplos que podiam ser apresentados e que espelham a riqueza, a sofisticação e a diversidade do universo político, cultural e artístico de África.

*Sou professor de história dos séculos XVI a XVIII na Universidade Nova de Lisboa e faço parte da direção do CHAM - Centro de Humanidades da UNL. Uma das áreas a que dedico a minha investigação é a dominação colonial portuguesa no Atlântico, em especial na América do Sul.*

# Realeza

*Ângela Barreto Xavier - ICS / UL*

Esta é a cabeça da rainha Idia, a primeira a ter o estatuto de rainha-mãe no reino do Benim (uma corruptela portuguesa de Ubinu). Idia era mãe do rei Esigie, o Oba do Benim, que reinou entre 1504 e 1550, 16º representante da realeza Oya e do seu império, um dos maiores e mais antigos da costa ocidental africana. Esta escultura convida-nos a pensar em algumas dimensões da história africana menos conhecidas: a sofisticação das suas realezas, o poder das suas formações imperiais, o papel que a mulher aí podia desempenhar, bem como as suas extraordinárias expressões artísticas, fundamentais para a representação e sedimentação do próprio poder real.

*Ângela Barreto Xavier é doutorada em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu, de Florença, e Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. As suas áreas de interesse incluem a história das ideias políticas e a história cultural dos impérios da época moderna, aí se destacando as questões relativas à representação e formalização do poder. É membro do Conselho Consultivo do Memorial da Escravatura.*



**Obá (rei) com o seu séquito**  
Reino de Benim, Nigéria  
Bronze em alto relevo. alt. 58 - | larg. 93  
- prof. 9cm | Col. José de Guimarães  
©Vasco Célio/Stills e Centro Internacional das Artes José de Guimarães

**Cabeça de rainha s.d.** - Reino do Benim, Nigéria  
Bronze. Alt. 58 | larg. 19 | prof. 26cm  
CIAJG Centro Internacional das Artes José de Guimarães Cidade de Guimarães  
©Vasco Célio/Stills e Centro Internacional das Artes José de Guimarães

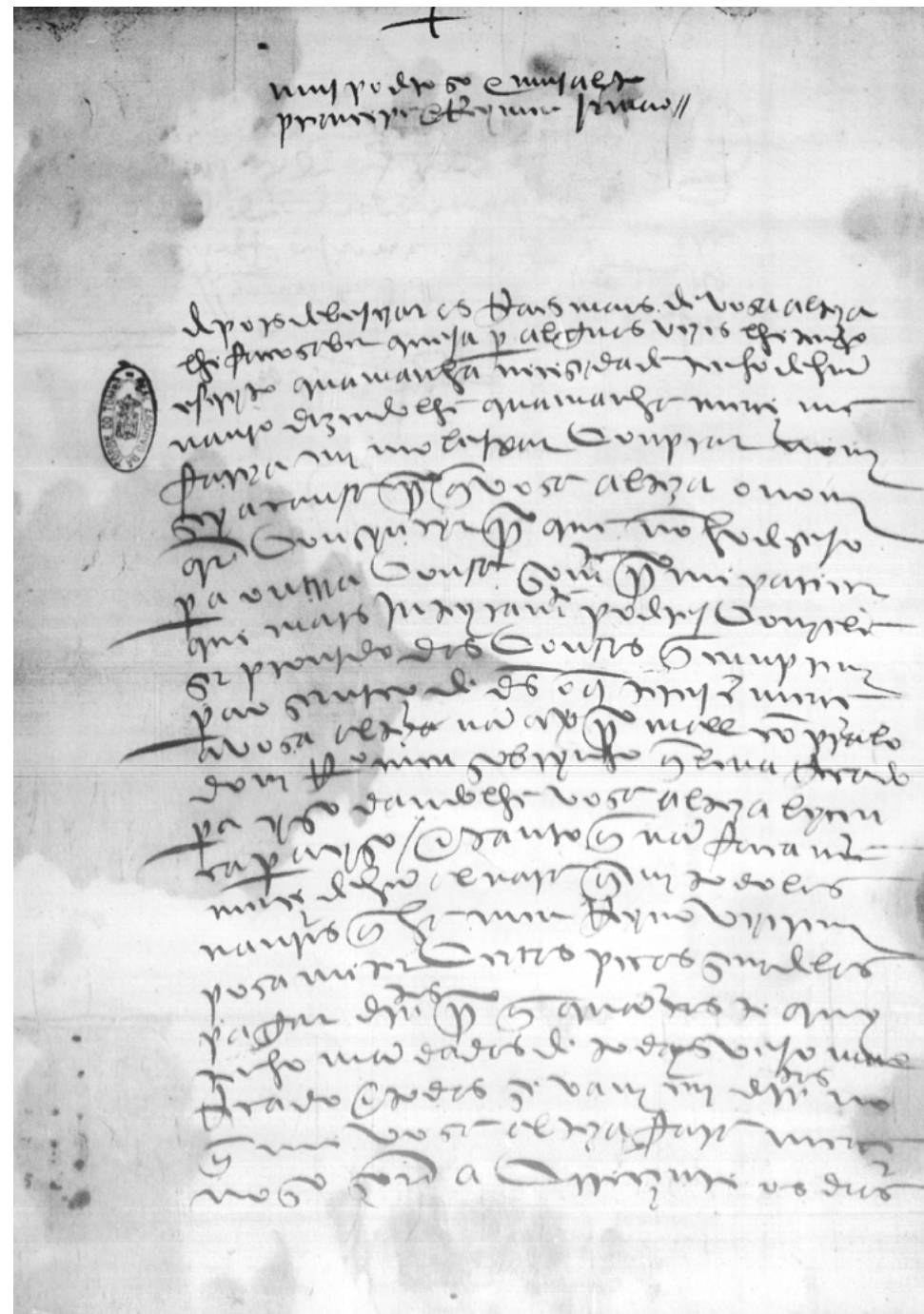
# Reino

Arlindo Manuel Caldeira  
CHAM / NOVA FCSH

*Professor reformado, sou investigador do CHAM, Universidade Nova de Lisboa. Os meus interesses actuais de pesquisa centram-se na história social de Angola e das ilhas do golfo da Guiné nos séculos XVI a XVIII e nos problemas do tráfico de escravos e da escravidão.*

**Carta do rei do Kongo Mvemba-a-Nzinga ao rei D. Manuel I. 1517**  
Papel. alt. 29 | larg. 20cm  
Arquivos Nacionais da Torre do Tombo  
cota Corpo Cronológico, Parte I, mc. 21, n.º 109

Fundado no século XIV, o reino do Kongo constituiu, nos dois séculos seguintes, um poderoso Estado relativamente centralizado, cujos limites aproximados se situavam entre o rio Congo, a Norte, e o rio Dande, a Sul, tendo como cidade principal Mbanza-Kongo. Aí se situava a residência habitual do *ntotela* (o “rei”). Os *ntotela* aproveitaram a chegada dos portugueses para estabelecerem com eles, a partir de 1491, uma estratégica aliança política, selada pela conversão ao Cristianismo, com vista à consolidação do seu poder interno. O Kongo e Portugal mantiveram, em seguida, relações de Estado a Estado, com troca de embaixadores e com os respetivos soberanos a corresponderem-se como “irmãos”. Na carta exposta, o rei do Congo, Mvemba-a-Nzinga, para os cristãos Afonso I (1506-1543), desejoso de ter uma frota própria com a qual pudesse controlar o comércio e, logo, a exportação de escravos, solicita autorização para comprar um navio em Portugal. Enquanto isso não acontecesse, pedia para poder enviar, em todos os navios portugueses que fossem ao seu reino, um certo número de escravos (“peças”) sem pagar direitos.





# Reparar

Pedro Schacht Pereira

The Ohio State University, EUA



Binyavanga Wainaina inventaria e esconjura os clichés da representação colonial do continente africano, delineando uma dimensão terapêutica na semântica do verbo “reparar”. Mário Domingues inscreve uma identidade negra no mapa da Lisboa dos primeiros 15 anos do séc. XX, oferecendo às formas atuais da discriminação um espelho e uma história.

Reparar, aqui, é ver com acuidade, e marcar. Achille Mbembe questiona os fundamentos da racionalidade moderna a partir de um olhar reparador sobre os subterrâneos da história da construção da modernidade, evidenciando a dimensão avassaladora da África que habita a Europa, a sua racionalidade e os seus fantasmas. Reparar é indemnizar,

restituir à Europa o peso das suas aspirações, pedindo-lhe responsabilidade pelos valores frequentemente proclamados mas raramente defendidos, no mesmo passo em que procura restituir à África a dignidade espoliada durante séculos. Trata-se, no fundo, e como diz Mbembe, de “aprender a recordar em unísono, e ao fazê-lo, reparar juntos o tecido e o rosto do mundo”. Saber que a dívida da verdade, que é sempre relacional, é insaldável, e institui um princípio de responsabilidade.

*É Professor Associado de Estudos Portugueses e Ibéricos na The Ohio State University, EUA. Estudioso das literaturas e culturas portuguesa, brasileira e africanas de língua portuguesa é licenciado em Filosofia pela Universidade de Coimbra e doutorado em Estudos Portugueses e Brasileiros pela Universidade de Brown, nos EUA. Desenvolve atualmente um estudo sobre a categoria do sublime africano na obra de Eça de Queirós, e trabalha em prol do reconhecimento institucional dos estudos da afrodescendência em Portugal.*

**Mário Domingues. 1960**  
**O Menino entre gigantes**, Lisboa, Prelo  
**Binyavanga Wainaina. 2014 (1ª ed. 2004)**  
**Como escrever acerca de África**. Granta Portugal  
**4**. Lisboa, Tinta da China  
**Achille Mbembe 2017 (1ª ed. 2013)**  
**Crítica da razão negra**. Lisboa, Antígona,  
2ª ed. | ©Luís Pavão 2018

# Revolução

Edalina Sanches - ICS / UL



António Firmino. Dia da Independência. 2014  
Acrílico sobre tela. alt. 100 | larg. 100cm  
Associação Centro InterculturaCidade

Revolução, luta e resistência são as “palavras-movimentos” quando procuramos entender as dinâmicas de transformação política em África. A “revolução africana” implica o despertar/afirmar dos meios de pensamento e de ação dos povos africanos. Escolhi este quadro porque no seu centro está Amílcar Cabral (1924-1973), um dos mais influentes pensadores e líderes de movimentos de libertação nacional em África. Como Julius Nyerere (Tanzânia), Thomas Sankara (Burkina Faso), Kwame Nkrumah (Gana), entre tantos outros, Cabral contribuiu para a formação de uma consciência política coletiva que foi fundamental na libertação dos povos africanos do jugo colonialista e imperialista. Através deste quadro conta-se a história da resistência e da luta pela independência. Porque os legados do colonialismo não foram totalmente ultrapassados, esta é uma luta que permanece atual em África.

*Edalina Rodrigues Sanches - Sou Investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e, nos últimos anos, tenho pesquisado e publicado sobre vários tópicos relacionados com a política africana, recorrendo quer a metodologias quantitativas quer qualitativas (incluindo trabalho de campo em Cabo Verde, Zâmbia e Moçambique). Os meus interesses de pesquisa incluem protesto popular, partidos políticos e sistemas partidários, democratização, instituições políticas e atitudes políticas, em perspetiva comparada. A minha publicação mais recente é Party Systems in Young Democracies: Varieties of institutionalization in Sub-Saharan Africa (Routledge, 2018).*



Conquista

e Exploração



# Comércio

Isabel Castro Henriques - FLUL e CEsa / ISEG UL

A escolha de uma pequena escultura africana, provavelmente datada de finais do século XIX, representando um comerciante Songo (Angola), montado num boi e ladeado de pequenas figuras rituais, pretende pôr em evidência a importância da atividade comercial nas economias e sociedades africanas, em particular na região de Angola e da África central, atividade africana bem anterior à chegada de populações estrangeiras, como os Europeus, que vieram a utilizar as estruturas comerciais existentes.

Se o comércio africano se organizava ao nível local contribuindo para o acesso das populações a bens e mercados necessários ao seu quotidiano, o grande comércio, a longa distância, entre regiões e povos distantes, permitia também a troca e a aquisição de bens que pela sua raridade se destinavam a fortalecer o poder e o prestígio dos chefes africanos.

Todo o comércio implicava formas de organização e de gestão muito estruturadas e ritualizadas, que, por um lado, davam conta da racionalidade económica africana - contradizendo os mitos da passividade e do primitivismo dos Africanos -, por outro, registavam a importância da esfera sagrada-religiosa na organização das sociedades e consequentemente do comércio, e, finalmente, permitiam compreender a

complexa estrutura económica e social africana que funcionava em termos de produção para a troca - longe da ideia generalizada de que as sociedades africanas viviam fechadas sobre si próprias em auto-subsistência - e gerava dinâmicas de mudança resultantes da capacidade africana de adesão e de integração de propostas técnicas, sociais, culturais inovadoras oriundas das muitas populações, africanas e estrangeiras (como os Europeus), que circulavam nas redes comerciais africanas.

*Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Aposentada) (1974-2009). Investigadora do CEsa/ISEG-UL (Centro de Estudos sobre África, América, Ásia - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa) (desde 2012). Doutora em História (História de África) pela Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne (1993). Mestre (História de África) (1974) e Licenciada em História pela Universidade de Paris I Panthéon - Sorbonne (1973).*

**Figurinha Songo. Região de Malanje, Angola  
Séc. XX  
Madeira. alt: 23cm  
Museu Nacional de Etnologia. Lisboa  
Inv. AA - 932  
©DGPC/ADF José Pessoa 1993**

# Comércio

Santiago Macías - Câmara Municipal de Lisboa  
/ Campo Arqueológico de Mértola

A rota de ouro do comércio mediterrânico começava em Sevilha, tocava os portos da Tunísia e ia terminar lá longe, em Alexandria ou em Antioquia. Era um percurso que todos os mercadores conheciam e que várias vezes ao longo do ano tinham que percorrer. À Península Ibérica vinham buscar a prata que faltava no Oriente. Para a Península Ibérica traziam os tecidos, os perfumes e os artigos de luxo para as elites andaluzas. Esta peça de luxo, produzida no al-Andalus, com influências tunisinas, espelha bem essa rota. Representa uma cena de caça, em que um galgo e um falcão atacam, em simultâneo uma gazela. A excecionalidade da peça reflete também o carácter exclusivo que a caça de volataria tinha.

*Santiago Macías (n. 1963) - Parte da investigação desenvolvida, sobre o período islâmico medieval, liga-se de perto à realidade histórica comum ao norte de África e ao sul da Península Ibérica. Em especial no período almóada, são muito fortes as ligações entres os dois lados deste “extremo ocidente”. Isso é notório nas tipologias das habitações, no modo de fortificar, na conceção do espaço das mesquitas. Esse jogo de proximidades esteve bem patente na exposição “Portugal-Marrocos: portas do Mediterrâneo” (Tânger e Rabat – 1999).*

**Tigela com cena de caça**  
Mértola/Alcáçova do Castelo-criptopórtico. Finais do século XI - primeira metade do século XII  
Cerâmica vidrada com decoração em verde e manganés. alt. 135 | diâm. 39,2cm  
Câmara Municipal de Mértola. inv. CR/VM/0001



# Desumanizar

Rosário Severo (MNE) Serviço Educativo



Dois círculos para os tornozelos. Dois semicírculos para os punhos. Um só instrumento. De ferro. Aprisiona, tortura, inferioriza, humilha, desumaniza. Portugal, que foi o maior traficante no comércio transatlântico de pessoas escravizadas, precisa de conhecer o outro lado da História que não lhe é ensinada nem na família, nem na escola, nem nos espaços públicos. Passar do enfoque dos “Descobrimentos” ao conhecimento da complexidade da experiência colonial portuguesa e dar voz e visibilidade aos descendentes das famílias escravizadas que, o tempo e os estudos nos revelam cada vez mais, nunca deixaram de resistir, lutar e reivindicar a sua importância histórica.

*Rosário Severo (MNE) Serviço Educativo - Nasce em 1960, filha de imigrantes em França. Vem para Portugal em 1982 e inicia funções no Museu Nacional do Traje em 1985. Foi trabalhadora-estudante na Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, FCSH-UNL, e no Mestrado em História de África, FLUL. Em 2016 elege o Museu Nacional de Etnologia para continuar a trabalhar naquilo que considera ser a sua missão de vida: lutar contra todo o preconceito.*

**Prisão para escravos. Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. Adquirida em 1964-1965 comp. 35cm Museu Nacional de Etnologia. Lisboa Inv. MNE: AP.019 ©DGPC/ADF Luís Pavão 2018**

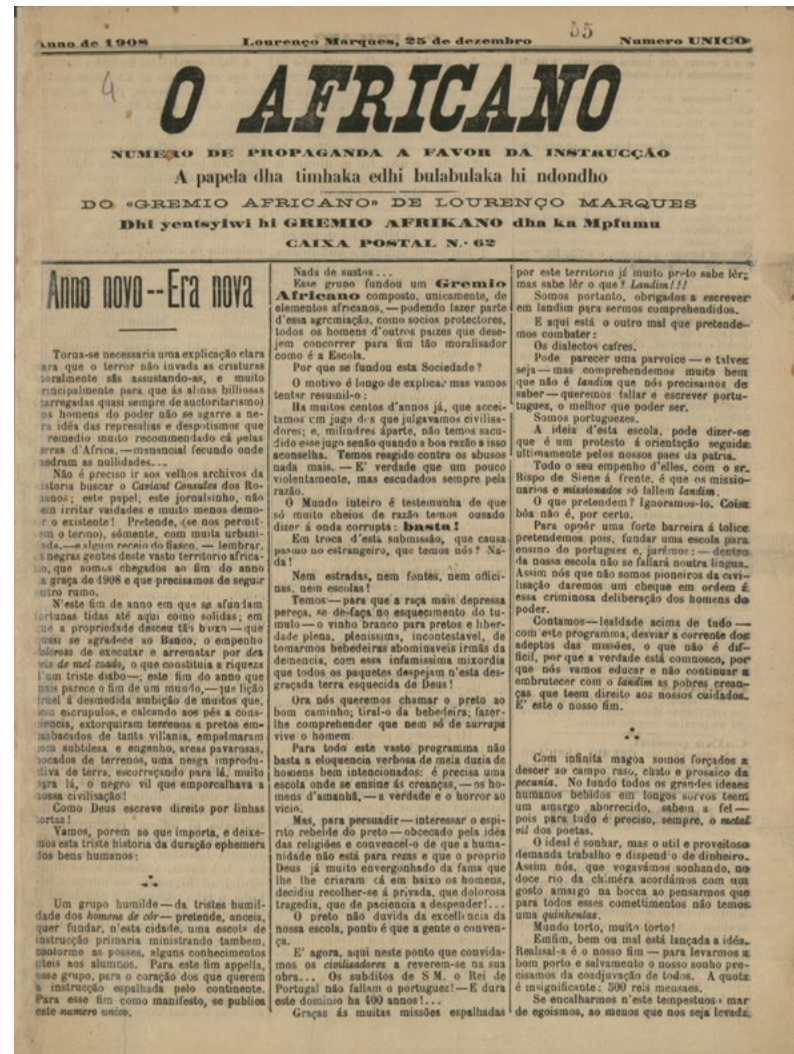


# Direitos

Cristina Nogueira da Silva - CEDIS / NOVA FD

Primeiro número de um jornal publicado em Moçambique, entre 1908 e 1918, fundado por João Albasini (nome ronga: Nwandzengele, 1876-1922), que se intitulou “O Africano” e foi o primeiro jornal de Moçambique a ser publicado em português e numa língua africana (ronga). Esta peça reflete o olhar de africanos que falaram a partir de um espaço próprio, marcado, simultaneamente, pela proximidade e pela distância relativamente à presença portuguesa em Lourenço Marques no início do século XX. Pela proximidade porque, sendo estes africanos descendentes de europeus, falaram e escreveram em português e imaginaram uma sociedade colonial portuguesa construída com base na igualdade racial e no respeito pelos direitos dos nativos africanos (à educação, a salários justos, ao desenvolvimento económico, à cidadania plena). Pela distância porque, sendo também descendentes de africanos, viveram as suas vidas em contextos culturais africanos, falaram e escreveram em idiomas africanos, protestaram contra a discriminação racial no acesso à cidadania e suas consequências negativas na vida da maioria dos africanos de Moçambique.

Sou Professora na Faculdade de Direito (Nova Direito, Universidade Nova de Lisboa) onde lecciono várias disciplinas de História e de História do Direito, no primeiro e segundo ciclos, e a disciplina de Direito e Sociedade, no terceiro ciclo. Sou investigadora no Cedis, Centro de Investigação em Direito e Sociedade da Universidade Nova de Lisboa. Licenciada em História (FCSH-UNL), concluí o mestrado em Ciências Sociais (História e Sociologia do Poder) no Instituto de Ciências Sociais da U.L., tendo nessa altura publicado a dissertação *O Modelo Espacial do Estado Moderno, Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime* (Lisboa, Editorial Estampa, 1998). Doutrinei-me em História do Direito na Nova Direito, UNL, tendo a dissertação dado origem ao livro intitulado *“Constitucionalismo e Império. A cidadania no ultramar português”* (Coimbra, Almedina, 2009).



Jornal “O Africano”  
Direção de João Albasini, nome ronga: Nwandzengele. 1908  
Pap. alt. 34cm  
Biblioteca Nacional Portugal. Lisboa. cota J.3578//4 B.

# Discriminar

Nuno Domingos - ICS / UL



Utilizada como símbolo de Portugal na cerimónia da chegada do negro moçambicano Eusébio da Silva Ferreira ao Panteão Nacional, a camisola deste notável jogador conta também uma história de África. Mas não a África idealizada pela propaganda como lugar da troca cultural e da convivência racial, essências de uma portugalidade plasmada numa equipa de futebol.

Até chegar à seleção portuguesa e envergar esta camisola, Eusébio viveu numa outra África: a África dos subúrbios pobres e racialmente segregados de Lourenço Marques e das lutas das suas populações; a África onde estes suburbanos formaram uma associação de futebol por não poderem jogar até 1959, com ínfimas excepções, nas competições organizadas pelos colonos; a África onde, apesar de concebidos pelas leis coloniais como indivíduos não civilizados, presos à sua cultura, os moçambicanos se apropriaram de uma atividade moderna como o futebol e a transformaram criativamente; uma África onde o jogo era veículo de propaganda mas também transportava os desejos de uma modernidade urbana africana, paradoxalmente, também a base de aspirações de autonomia.

**Eusébio da Silva Ferreira ao serviço da Seleção Nacional (1961-1973)**  
© Acervo Roland Oliveira  
Centro de Documentação e Informação do Sport Lisboa e Benfica

**A camisola de Eusébio da Silva Ferreira, década de 60**  
**Malha mecânica; tecido sintético;**  
**bordado de aplicação em sarja branca**  
**Peça cedida pelo Departamento de Reserva, Conservação e Restauro do Sport Lisboa e Benfica**

*Nuno Domingos é Investigador Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorado em antropologia social pela School of Oriental and African Studies. Sobre questões coloniais publicou diversos artigos e os seguintes livros: *As Linguagens do Futebol em Moçambique. Colonialismo e Cultura Popular* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2015); *Futebol e Colonialismo, Corpo e Cultura Popular em Moçambique*. (Lisboa: ICS, 2012). Editou, com Elsa Peralta, *Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais* (Lisboa: Ed 70, 2012). É investigador principal do projecto “O Império colonial português e a cultura popular urbana: visões comparativas da metrópole e das colónias (1945-1974)”.*





# Escravatura

Joacine Katar Moreira (CEI / ISCTE-IUL)

As dores e as revoltas de uma pessoa escravizada estão patentes nos silêncios das peças a si destinadas, como o caso desta coleira de latão do séc. XVIII encontrada em 1908 em Carvalhal por Leite de Vasconcelos.

A coleira traz a inscrição "ESTE PRETO HEDEAGO DELAFETADECARVALHAL / DEOBIDOS" [este preto é de lafeta de carvalhal / de Óbidos] é constituída por duas lâminas curvas, possui 12,9cm de diâmetro e pesa 2050,02g. Encontra-se aqui exposta a implacabilidade do regime colonial português e suas práticas discursivas violentas, apoiadas pela moralidade religiosa da expansão da fé e por teorias que procuraram justificar os interesses político-comerciais, a captura de recursos de outros povos e o epistemicídio.

Esta peça, enquanto instrumento de desumanização e animalização da mulher e do homem negros, é pensada e criada pelos brancos colonialistas, refletindo os seus próprios sistemas de brutalidade.

*Joacine Katar Moreira é uma académica feminista e ativista negra, Doutora em Estudos Africanos (2018), mestre em Estudos do Desenvolvimento (2008) e licenciada em História Moderna e Contemporânea (2005) pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Tem participado no debate público sobre colonialismo, racismo e escravatura em Portugal e é autora de vários artigos e conferências. É presidente do INMUNE – Instituto da Mulher Negra em Portugal.*



**Coleira de escravo**  
Carvalhal. Bombarral. Leiria. Séc. XVIII  
Liga de cobre e ferro  
Diâm. 12,9cm | peso 205,02gr  
Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa  
Inv. E 1688  
©DGP/ADF José Paulo Ruas, 2017

# Exuberância

Paulo Almeida Fernandes - Museu de Lisboa  
- Palácio Pimenta

O grupo musical de São Jorge – conhecido por os Pretos de São Jorge – foi uma das faces mais visíveis e originais da heterogénea comunidade africana escravizada que habitou Lisboa durante mais de quatro séculos. A ambivalência do grupo é evidente. Por um lado, era-lhe permitido que animasse as ruas da capital dias antes da procissão do Corpo de Deus, espaço e tempo de aparente liberdade que era aproveitado para demonstrar uma expressão musical simbiótica, entre a originalidade africana e a aculturação ocidental. Por outro lado, estava vinculado ao aparato comportamental católico, que desenvolveu formas de controlar mulheres e homens escravizados, sobretudo através da integração dos negros em cerimónias religiosas. Proibido na reforma processional mandada executar por D. João V, estes músicos reapareceram nas festividades do Corpo de Deus no século XIX com a extravagância de outrora, tendo sido pintado por José Malhoa ou Roque Gameiro, fotografado por Joshua Benoliel e enaltecido na crónica mordaz de Fialho de Almeida.



**José Malhoa. Os Pretos de São Jorge. 1886**  
Óleo sobre tela. alt. 41 | larg. 60cm  
Col. Privada, Portugal

*Paulo Almeida Fernandes é doutorado em História da Arte. Na qualidade de coordenador do Museu de Lisboa – Palácio Pimenta, estudou, em parceria com Ana Paula Antunes e Ana Margarida Campos, a importante coleção do museu que retrata a escravatura em Lisboa, de que resultou o livro "Testemunhos da Escravatura. A memória africana no Museu de Lisboa" (2017). O Serviço Educativo do Museu de Lisboa promove uma visita temática à cidade, intitulada Destino Lisboa, que evoca os lugares de memória dos africanos escravizados.*

# Metalúrgia

Alberto Oliveira Pinto - CEsa / ISEG

Azagaia e flechas lunda (nordeste de Angola, entre os rios Kuangu, a oeste, e Kassai, a leste) de madeira e ferro. A ponta em ferro pontiagudo destina-se à caça e a bifurcada à captura de peixes. Trata-se de caça de animais de grande porte e de peixes de águas profundas, ainda que fluviais. Os Bantu introduziram o ferro e a metalurgia na Lunda em períodos anteriores ao século XIV, conforme o reportam os mitos, quer do Kinguri, quer de Lueji e Ilunga.



Alberto [Manuel Duarte de] Oliveira Pinto nasceu em Luanda a 8 de Janeiro de 1962, tendo cidadania angolana e portuguesa. É Doutor (2010) e mestre (2004) em História de África pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Autor de diversos ensaios sobre a História de Angola, sobretudo na vertente da história colonial e cultural, publicou em 2016 a 1ª edição de História de Angola. Da Pré-História ao Início do Século XXI, primeira experiência no género em 40 anos de Independência de Angola, prestes a atingir a 3ª edição. É igualmente responsável pelo primeiro Curso Livro História de Angola, levado a cabo na UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.

Três azagaia e duas flechas  
Ferro, madeira e penas de kapota  
(galinha-do-mato)  
Flechas 78 e 81cm. Azagaia 116 e 121cm  
Col. Particular



# Racistas, nós?!

Emília Sande Lemos - APROFGEO

Nestas páginas do manual de Geografia - Compêndio de Geografia para o Ensino Elementar - IV e V classes para uso dos liceus segundo o programa em vigor a partir de 1931, revejo o que tantas vezes ouvi dizer durante a minha meninice em Luanda: os negros são como crianças grandes, por isso temos de lhes ensinar os valores da civilização, coisa em que eu acreditei piamente até começar a pensar por mim própria, com a ajuda da família, dos amigos e, justamente da Geografia que fui aprendendo na Faculdade. Ao ler estas páginas, percebe-se como era fundamental para o colonizador apresentar o retrato de um colonizado sem “civilização” para que as atrocidades que se foram cometendo até ao final do império (culturas obrigatórias, migrações forçadas para as roças de São Tomé, para apenas citar estas duas das quais pouco ou nada

se fala em Portugal) não incomodassem a consciência de quem as praticava ou, não as praticando, assobiava para o lado. Durante mais de 50 anos foi isto que nos contaram sobre África, mesmo que com um discurso aparentemente mais suave. Vamos mudar a página?



Não se pode pedir perdão pela História, mas será que podemos continuar a dizer que não fomos instruídos para ser racistas e continuamos a assobiar para o lado quando dizemos: racistas, nós?!

Mário de Vasconcelos e Sá. 1933  
Compêndio de Geografia para o Ensino Elementar  
Porto, Livraria Lelo, Limitada  
Amílcar Augusto Patrício, Júlio Leal de Loureiro. 1967  
Compêndio de Geografia, II volume, Porto  
Porto – Editora  
INID - MED, ©Ministério da Educação de República de Angola, Revisto por Julian Zerquera Antunaga,  
Geografia - Iniciação à Geografia, Ensino de base (post. 1975)  
Associação dos Professores de Geografia  
©Luís Pavão 2018

**APROFGEO - Associação de Professores de Geografia**

Nascida em 1987 a Associação tem como principais objetivos trabalhar, de forma colaborativa, para o desenvolvimento de competências de pensamento espacial, identidade territorial, visão multiescalar, ajudando a desenvolver uma educação geográfica que problematiza, questiona e procura equacionar cenários e inventariar soluções para as complexas situações que ocorrem no Mundo, em que fenómenos ambientais, populacionais, sociais, culturais, entre outros, têm causas e consequências multifacetadas, que ultrapassam as fronteiras.

*Emília Sande Lemos - Nascida em 1951 em Luanda, neta de um colono que chega a presidente da Câmara Municipal de Luanda e de outro avô, padreiro, anarco-sindicalista, vive em Luanda, na cidade “branca”. Sai de Angola em 1965 por razões políticas impostas à família e faz a licenciatura em Geografia em Portugal. Regressa a Angola entre janeiro de 1977 e fevereiro de 1981 para trabalhar na formação de um novo sistema educativo, no âmbito da educação geográfica, regressando a Portugal por razões familiares. É sócia fundadora da Associação de Professores de Geografia e foi sua presidente entre 1994 e setembro de 2018.*

# Racistas, nós?!

Miguel Barros - APH

Este manual da Primeira República (1921) condena a escravatura, responsabilizando os espanhóis pelo tráfico de escravos em direção às Américas e omitindo o papel dos portugueses no tráfico. A África é referida como etapa de um objetivo maior – a Índia – não havendo quaisquer referências aos contactos, comerciais ou outros, entre portugueses e africanos. A narrativa veicula a ideia, carente de bases científicas, de que os africanos seriam mais robustos que os ameríndios e que essa característica “rácica”, inerente, teria sido a principal razão pela qual aqueles se teriam substituído aos segundos. Outra razão apontada é a sua boa adaptação «aos climas quentes», ignorando que os ameríndios eram nativos daquelas terras. No manual do Estado Novo (1962) também a África é referida, essencialmente, como uma etapa a caminho da Índia. Os contactos entre portugueses e africanos são descritos como sendo de natureza comercial e o comércio de escravos é mencionado.



Os escravos reemergem mais adiante na narrativa, aparecendo a substituir-se às “classes trabalhadoras” portuguesas, que surgem como tendo emigrado em massa para a Índia e para o Oriente. A presença dos escravos é encarada como algo de negativo, evidente nos termos utilizados: os escravos “inundam as cidades e as vilas” e “penetram nas habitações”, mas em lado algum a instituição escravatura é criticada.

Neste manual do tempo presente (2016) a África aparece referida de pleno direito e não apenas como uma etapa de um desígnio maior. Todavia, e à semelhança da quase totalidade dos restantes manuais passados e atuais,

os portugueses aparecem retratados como agentes pró ativos, civilizadores: realizam casamentos mistos, difundem a religião cristã, educam os africanos. Contrastando com esta pró atividade portuguesa, temos a passividade dos africanos, que perpassa na narrativa e na forma como se utilizam os documentos.

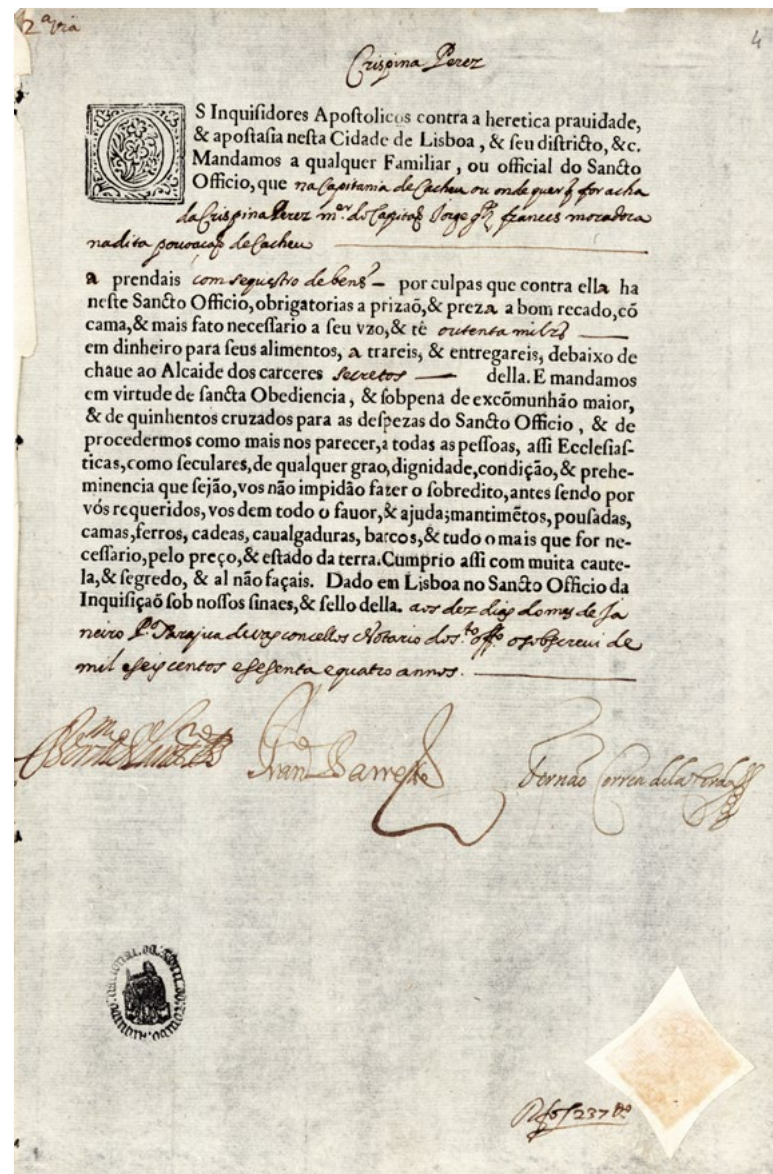
**José Nicolau Raposo Botelho. 1921**  
**Compêndio de História Universal, Lisboa**  
**Parceria A. M. Pereira Editora**  
**António G. Mattoso. 1962**  
**Compêndio de História Universal, 4º ano, Lisboa**  
**Livraria Sá da Costa**  
**Marília Gago, Paula Marinho. 2016**  
**Era uma vez... 5, Lisboa, Raiz Editora**  
**Associação dos Professores de História**  
**©Luís Pavão 2018**



A APH, fundada em 1981, é uma associação de professores ligados ao ensino da história. De entre os seus objetivos destacam-se a promoção de formação contínua dos professores nas vertentes científica e pedagógica e a sua contribuição para a abertura de novos campos de experiência e de inovação no ensino da História. A principal preocupação da APH ao momento do seu aparecimento era, nas palavras dos fundadores da associação, Para quê ensinar história? Esta questão, central, a partir da qual derivaria todo o trabalho desenvolvido pela APH permanece atual. Daí a sua presença neste evento.

Miguel Barros - Nasci em Angola numa família de colonos chegados no século 19 e aí vivi os últimos anos do colonialismo, sempre em ambientes segregados. Só me apercebi que tinha vivido num território de maioria negra anos mais tarde, quando o assunto foi abordado e discutido numa aula. Os africanos resumiam-se, para mim, à lavadeira que vinha a nossa casa e às pessoas que entrevia nas estradas quando viajava. Racistas, nós?

**Processo da Inquisição contra Crispina Peres - 1665**  
 Papel 195 fólhos  
 Alt.36 | larg.24 | prof.3cm  
 Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Lisboa  
 Inquisição de Lisboa | inv. n.º. 2079 (1664)



# Resiliência

Philip J. Havik - IHMT / NOVA

O Processo da Inquisição de Lisboa contra Crispina Peres, uma mulher guineense, que em 1664 é acusada de ter participado em “ritos africanos” na povoação de Cacheu (actualmente na Guiné Bissau), é uma peça fundamental para a etnografia e historiografia do espaço africano de presença Portuguesa. A população de Cacheu, na época o principal porto Português na Costa da Guiné, era composta por mercadores e escravos, mas também por estratos sociais cristianizados de Africanos livres com raízes nas diferentes etnias da região, a que a Crispina Peres pertencia. Apanhada nas teias da Inquisição, ela, filha de mãe Guineense e pai Açoriano, é presa na Guiné em 1665 e transportada para os cárceres da Inquisição em Lisboa. Apesar das condições precárias, doenças, testemunhos pouco abonatórios de moradores de Cacheu e pressões várias a que foi sujeita pelos Inquisidores, ela mantém a sua inocência, sendo condenada por ‘ritos africanos e apostasia’ mas ilibada de “bruxaria”, regressa muito debilitada à Guiné em 1668 para ser instruída “nos ensinamentos da fé”.

Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade de Leiden, Países Baixos. É investigador principal no Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) da Universidade NOVA de Lisboa (IHMT/UNL), onde também lecciona. A sua investigação multidisciplinar centra-se na saúde pública e medicina tropical, sistemas de saúde, medicina tradicional africana, Estado colonial e pós-colonial africano, relações de género e mediação cultural, com ênfase nos PALOP e na Guiné Bissau em particular.

**Símbolos**

**e Cores**

# Adivinhação

*Carlos Osvaldo de Sousa, Presidente da Direcção da ANGOLREFLEX  
Manuel Luís Dias dos Santos, Secretário para a Informação e  
Comunicação (Porta-Voz) da ANGOLREFLEX*

As razões da escolha alicerçam-se no facto de o cesto de adivinhação ser mais do que um mero utensílio ou equipamento exclusivo dos povos e das culturas do sudoeste de Angola. Nele é visível a conjugação de elementos de natureza animal e vegetal que explicam o mundo e as razões da vida, não como elementos simbólicos, mas como realidades sempre presentes. O “objecto”, deve ser aqui entendido como uma forma incontornável de estar na vida e compreendê-la, já que pretende *Contar África*, numa perspectiva fora do contexto do museu, e de uma “suposta modernidade” a que não parece pertencer, construída exclusivamente por um olhar exogenamente externo, ocidental, ocidentalizado e ocidentalizante para percepção das manifestações e realidades do “outro” diferente mas igual, como nos lembra o antropólogo angolano Ruy Duarte de Carvalho.



*A Plataforma de Reflexão Angola – Associação Cívica “ANGOLREFLEX”, foi criada em 15 de junho de 2018 com sede em Lisboa. Foi lançada informalmente em 18 de agosto de 2017 na Conferência Pensar Angola em Tempo de Eleições (Passado, Presente e Futuro): Na Dimensão Social, Política, Económica e Cultural no Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL) da Câmara Municipal de Lisboa. Posteriormente, ainda no mesmo ano, realizou a 15 de Setembro uma Conferência de Imprensa com Órgãos da Comunicação Social no Museu do Aljube - Liberdade e Resistência. Co-realizou com o CEI-IUL, no ISCTE-IUL, a mesa redonda Quo Vadis Angola? Debate Sobre As Eleições de 2017 e o Pós-Eleitoral. No presente ano de 2018, co-realizou com o CEI-IUL, nas instalações do ISCTE-IUL, as seguintes mesas redondas: 06 de abril, Angola e o Repatriamento de Capitais: O Que Significa e o que Espera? I. 13 de abril, Angola e o Repatriamento de Capitais: O Que Significa e o que Espera? II. 25 de maio, Angola e o Repatriamento de Capitais: O Que Significa e o que Espera? III. 21 de junho, Cabinda Nas Suas Várias Perspectivas. Com a contribuição do NEA-ISCTE-IUL (Núcleo de Estudantes Africanos). E em 11 de Outubro, Angola. Ética, Transparência e Compliance na Banca e no Sistema Financeiro Internacional. Com a contribuição da APAEF (Associação Portuguesa de Aconselhamento Ético e Filosófico).*

**Cesto de Adivinhação. Província do Cuando  
Cubango, Angola. Adquirido em 1965  
Fibras vegetais, pele de gato bravo, forninho de  
cachimbo (liweca), maraca (ntasangu), tecido,  
entrecasca de árvore. diâm. 24 | alt. 13cm  
Museu Nacional de Etnologia. Lisboa  
Inv. MNE: AD.445  
©DGPC/ADF José Pessoa 2003**



# Animal

Cristina Brito - CHAM / NOVA FCSH

Mbawa Pakasa representa África em toda a sua grandeza, poder e misticismo. África ligada à terra, aos ciclos naturais, mas também a momentos e etapas particulares da vida das pessoas. Reflete-se no rosto desta máscara tribal da Makunda, cerimónia de iniciação à vida adulta, e usada também em rituais de proteção, a autoridade que o homem velho vai buscar ao seu animal totem. Aqui, Pakasa, o búfalo, transmite ainda energia aos momentos de partida. Mais, Pakasa tem a capacidade de parar chuvas persistentes. Carrega em si, e transfere para o homem que enverga a Mbawa, todo a fúria (boa e má) deste animal. É o espírito protetor da natureza encarnado numa pessoa. Porque é nessa natureza que vivem as sociedades que dependem das condições do clima, da terra e da água, da floresta e dos animais, de todos os recursos naturais. Do uso simbólico de Mbawa Pakasa emerge a ligação à planície africana, um espaço que é de todos os animais, e do qual dependem herbívoros, carnívoros e todos os elementos de um sistema natural (supostamente) em equilíbrio. Espécie humana incluída.

*Sou historiadora ambiental e investigadora do CHAM (Centro de Humanidades, NOVA FCSH). Estudo história ambiental marinha no Atlântico (séculos XV-XVII) com especial foco nas ilhas Atlânticas, Costa Ocidental de África e América Central e do Sul, tentando perceber o passado dos ecossistemas e das populações naturais, e práticas e percepções sobre o ambiente. Interessa-me a relação entre humanos e não-humanos ao longo do tempo e em diferentes culturas para, também na perspetiva da etnozoologia e das tradições locais, perceber questões atuais de sustentabilidade ambiental e uso integrado dos recursos naturais.*

**Mbawa Pakasa**  
Máscara africana de uma cabeça de bovídeo  
Madeira; Chifre; Fibra Vegetal  
Alt. 70 | larg. 50 | prof. 35 cm  
Museu da Ciência. Laboratório Chimico. Coimbra  
Inv. ANT.D.86.2.1; Coleção de Etnografia  
do Museu da Ciência de Coimbra



# Capulanas

Paulo Granjo - ICS / UL

No sul de Moçambique, os poderes dos curandeiros/adivinhos advêm da sua possessão por espíritos de, pelo menos, 3 origens relacionadas com a implantação do Império de Gaza (séc. XIX): os invasores *vaNguni*, povo de origem Zulu que instaurou o império de Gaza, os autóctones *tiNguluve* (“antepassados”, por eles assimilados) e os *vaNdau*, que mais lhes resistiram. Cada espírito é proprietário de uma capulana alusiva à sua origem, vestida pelo curandeiro quando com ele trabalha. Nestes objetos conjugam-se um modelo curativo, o sistema de *domesticação a incerteza* que lhe subjaz, o imaginário histórico e uma peça de vestuário tradicional e corrente.

*Doutorado em Antropologia e investigador do ICS-ULisboa, desde 2001 que pesquisa em Moçambique os sistemas locais de interpretação e de intervenção sobre o infortúnio e incerteza, em áreas como a adivinhação e cura, a indústria, o género e família, a violência política, a feitiçaria, os linchamentos, o albinismo ou a saúde mental.*

Capulanas de espíritos utilizadas por curandeiros Moçambique. Séc. XXI  
Algodão. 1,10 x 100cm | 80 x 168cm | 100 x 180cm  
Col. Particular  
©Luís Pavão 2018



# Ciência

Inês Beleza Barreiros - Investigadora Independente

Este pilão yorubá é testemunho do conhecimento, nomeadamente herbalista, das civilizações africanas e do seu recalçamento pelo discurso científico ocidental.

Na civilização Yorubá – alimento substancial dos corredores portugueses da escravatura – e suas manifestações diaspóricas são porosas as fronteiras entre ciência e religião, sendo a doença também um mal de espírito. O pilão – *odó* – é consagrado a Xangô, orixá do raio e do trovão. Quando invertido faz parte do seu culto, nele se colocando as pedras-raio [*èdùn-ara*], fonte do seu *axé* [poder] e se simula o som do trovão. Instalado no mais colonial dos monumentos portugueses, o pilão de Xangô, orixá da justiça, aponta a via para um deslocamento científico, histórico e político. E grita: *Kawó-Ka-biyèsílé!* [venham ver o Rei (Xangô) descer sobre a terra!]

*Inês Beleza Barreiros é arqueóloga visual. Estuda a migração das imagens no tempo e no espaço e tem especial interesse nas cosmogonias africanas e indígenas.*

*É doutorada em Media, Culture and Communication pela NYU com uma tese sobre visualidade e contravisualidade no império português. É Mestre em História da Arte pela FCSH-UNL e licenciada em História, variante História da Arte pela FLUL. Tem trabalhado em cinema documental. É autora de "Sob o olhar de Deuses sem Vergonha: Cultura Visual e Paisagens Contemporâneas" (2009) e "Colonial Specters: a Visual Archaeology" (no prelo).*

**Almofariz Yorubá. África Ocidental. c. 1920-1930**  
Madeira esculpida. alt. 34,3 | diâm. 36,2cm  
Museu da Farmácia. Lisboa. inv. 8925





# Cipale

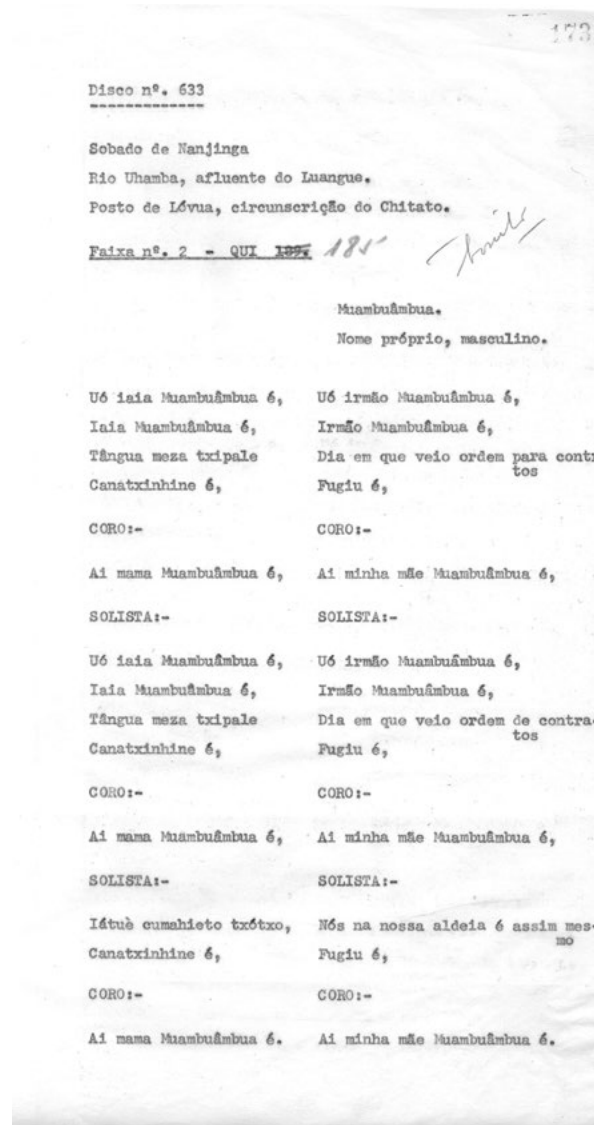
Ricardo Roque - ICS / UL

Cristina Sá Valentim - CES / UC

*Cipale* ou “txipale” foi o termo empregue pelas populações nativas do leste angolano para designar o trabalho forçado (também chamado de “trabalho contratado”), imposto pelos portugueses às populações africanas durante o século XX. Na região da Lunda, controlada tenazmente pela Diamang, antiga Companhia de Diamantes de Angola, a violenta experiência do *cipale* nas minas marcou profundamente as sociedades locais e permanece viva na memória das atuais populações angolanas. Esta canção dos Cokwe [quiocos], cantada por solista e coro femininos, retrata a deserção de um homem ao recrutamento para o *cipale*. Foi gravada originalmente em 1954 pela Diamang para servir de exemplo de ‘folclore musical’ nativo. Ela oferece, contudo, uma perspectiva africana crítica sobre o *cipale*. A canção tanto denuncia as práticas de violência laboral do colonialismo português, como serve de aviso moral aos homens fugitivos, apelando a que ponderem os efeitos dos seus atos de insubmissão. As mulheres cantam o episódio com

sarcasmo, recomendando aos homens desertores para que não fujam ao *cipale*, pois pode ter graves consequências na sua linhagem e na organização económica, política e social das aldeias. Esta nossa interpretação da canção é baseada em pesquisa de arquivo e em testemunhos atuais de africanos e africanas que recordam estas circunstâncias do passado colonial.

*Ricardo Roque, historiador e antropólogo social, é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde coordena o Grupo de Investigação Impérios, Colonialismo e Sociedades Pós-coloniais. Estuda as relações entre o colonialismo português, as sociedades nativas e a ciência racial nos séculos XIX e XX. Escreveu sobre a vulnerabilidade da experiência colonial em Angola. É autor de "Antropologia e Império" (ICS, 2001) e "Headhunting and Colonialism" (Palgrave, 2010).*



*Cristina Sá Valentim, antropóloga social e doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no Programa Doutoral Pós-colonialismos e Cidadania Global. No seu projeto de doutoramento estuda o designado Folclore Musical Indígena organizado entre 1940 e 1970 pela ex-Companhia de Diamantes de Angola, Diamang, no nordeste de Angola, analisando as experiências coloniais africanas a partir de canções de origem Cokwe gravadas em 1950 pela Missão de Recolha de Folclore Musical da Diamang / Museu do Dundo. Nesse âmbito realizou trabalho de campo através de pesquisa arquivística e de história oral, em Portugal e em Angola.*

**Canção Muambuãmbua. 1954. Papel Museu da Ciência da Universidade de Coimbra Col. Musical QUI nº 185, do Museu do Dundo, Companhia de Diamantes de Angola, Diamang. 5ª Campanha da Missão de Recolha de Folclore Musical**



# Conhecer

Paulo Costa - Museu Nacional de Etnologia

Cântaro (*Chilongo Chakumuto*), em barro, profusamente decorado com motivos geométricos incisos, utilizado no transporte de água pelas mulheres Maconde, em Chimenya, no Norte de Moçambique.

Foi recolhido por Margot Dias, em 1957, no âmbito de projeto de pesquisa etnográfica sobre este grupo cultural, que se estendeu até 1961 e que constituiu uma

das linhas de trabalho que se encontra na origem da fundação do Museu Nacional de Etnologia.

A coleção Maconde resultante daquele projeto de pesquisa, em que se integra este cântaro, constitui, precisamente, a primeira coleção do Museu, e este cântaro, com o n.º de inventário AA.001, foi o primeiro objeto a ser incorporado no Museu.

O Museu Nacional de Etnologia é detentor do património etnográfico de maior relevância a nível nacional. Fundado em 1965, é indissociável da emergência da moderna Antropologia portuguesa, sendo muitas das suas coleções resultado de projetos de pesquisa científica, em Portugal e noutros países. Desde 2006 o Museu é igualmente responsável pela conservação das coleções do Museu de Arte Popular.

Paulo Costa nasceu em Angola em 1968, filho de um beirão e de uma trasmontana que aí se conheceram em 1965 e daí retornaram dez anos depois. Em 1986 iniciou a sua paixão pela Antropologia, a que se juntou, a partir de 1993, a do Museu Nacional de Etnologia, ao qual regressou em 2015, após 14 anos de trabalho nas áreas da gestão nacional de coleções e do património imaterial.

**Cântaro *chilongo chakumuto*. Grupo Maconde Chimenya, Moçambique. Adquirido em 1957**  
Barro e argila. alt. 32 | diâm. 37cm  
Museu Nacional de Etnologia. Lisboa  
Inv. MNE: AA.001  
©DGPC/ADF José Pessoa 2001

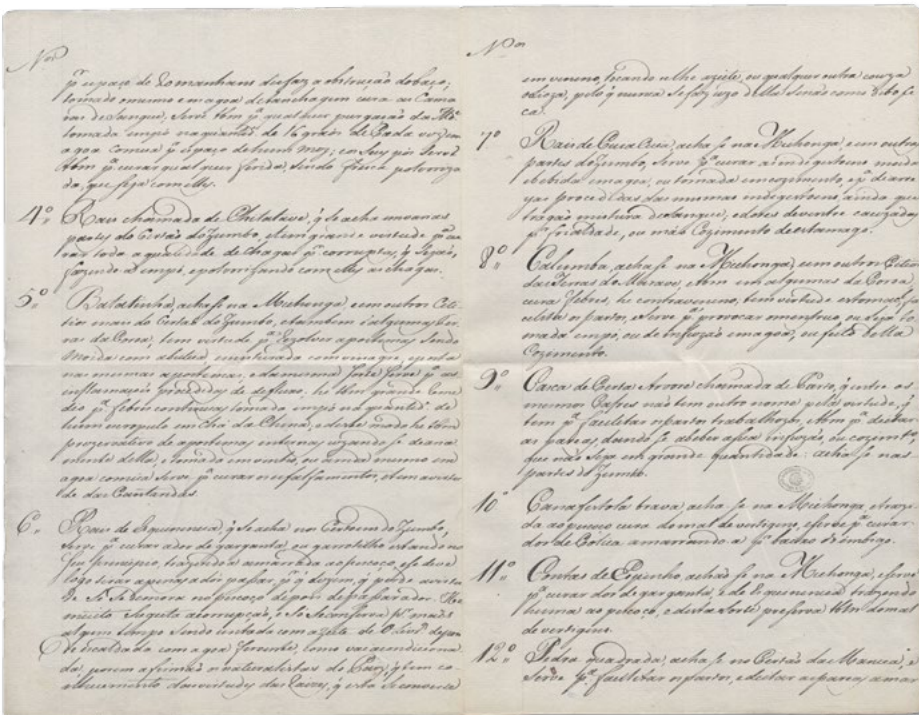
# Conhecimento

Eugénia Rodrigues - CH / FLUL

Este documento enviado, em 1785, para Lisboa exemplifica os conhecimentos terapêuticos desenvolvidos pelos africanos de Moçambique. Na época, esse saber era reconhecido pelos europeus, tal como os seus especialistas, os *nganga*, eram equiparados, ao menos por alguns, aos médicos europeus. A calumba (*Jateorhiza palmata*, Miers), um dos remédios referidos

neste relatório, tornou-se, nos séculos XVIII e XIX, uma das plantas da África Oriental mais valorizadas pelas medicinas da Índia e da Europa.

Foram os conhecimentos produzidos pelos africanos de Moçambique sobre os usos medicinais da calumba que permitiram a sua circulação global e a sua inserção na literatura médica europeia.



Empregue, principalmente, como tónico e anti-pirético, em indigestões, disenteria, cólera mórbus e febres, a planta era vendida em rodela feitas a partir das raízes secas e identificadas comercialmente como *radix calumbae*.

Carta do governador António de Melo e Castro para o secretário de estado Martinho de Melo e Castro, sobre couzas medicinaes. 1785  
Papel, 2f. alt. 34 | 21,9cm  
Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa  
cota Conselho Ultramarino, Moçambique, cx. 49, doc. 59

Sou uma historiadora especializada na história dos povos de Moçambique e das suas relações com os seus vizinhos africanos, os portugueses e o Oceano Índico, entre os séculos XVI e XIX. Os meus interesses centram-se na história social da propriedade, do género, da escravatura e da circulação do conhecimento. A minha investigação baseia-se em documentos escritos, sobretudo pelos portugueses, os quais se encontram dispersos por arquivos de Portugal, de Moçambique e de outras partes do mundo. Esses registos constituem fontes únicas para conhecer a história de Moçambique.

# Crenças

Nuno Senos (NOVA FCSH)

Nuno Senos é professor de arte e arquitetura modernas na Universidade Nova de Lisboa. Entre outros, os seus temas de investigação e ensino versam sobre as obras produzidas nos vários contextos extraeuropeus tocados pelos portugueses, na sua produção, circulação e receção no Portugal de Quinhentos.

Este objeto resulta de uma encomenda europeia que reconhece o valor do trabalho dos artistas da Serra Leoa mas simultaneamente tem de controlar o conteúdo iconográfico do produto final – especialmente sensível por se tratar de uma peça religiosa. Para tal, foram fornecidas ao artista gravuras que o pudessem guiar no seu trabalho. Particularmente interessante é a seleção muito criteriosa que o artista fez dos elementos que incluiu e excluiu ao transpor os temas das folhas gravadas, profusamente preenchidas, para o marfim, onde ficaram apenas os signos absolutamente indispensáveis para que seja possível identificar os episódios representados – tudo o resto foi eliminado. Esta peça resulta, portanto, de um entendimento em parte africano da mensagem a transmitir.



Píxide, séc. XVI  
Marfim. alt. 8,5cm | diâm. 12,2cm  
Museu Nacional Grão Vasco. Viseu  
Inv. 1306  
©DGPC/ADF Alexandra Pessoa  
2017





# Crianças

Marina Temudo - CEF / ISA UL

Crianças risonhas, curiosas e doces, que em bandos nos observam, primeiro de longe mas aos poucos se vão aproximando, tocando a nossa pele e mexendo nos cabelos, até alguma se aventurar a sentar-se no colo tateando o nosso nariz. Crianças que é preciso proteger do sol e da chuva enquanto as suas mães trabalham nos campos transportando-as às costas, da mal-nutrição muitas vezes gerada por uma economia política global que destrói anteriores dietas equilibradas e modos de vida sustentáveis e de catástrofes naturais e sociais. Crianças que um dia irão querer emigrar à procura de um futuro melhor e encontrarão as fronteiras fechadas.

A peça, adquirida na aldeia Felupe de Elalab do norte da Guiné Bissau, chama-se *Compentacu*. É feita com folhas de palmeira *Borassus aethiopum* por artesãs especializadas na confecção de esteiras, cestos e chapéus.

*É investigadora do Centro de Estudos Florestais do Instituto Superior de Agronomia-Universidade de Lisboa. Trabalha na interface entre Agricultura, Ambiente e Sociedade com um enquadramento teórico de Agronomia Política, Sociologia Rural, Ecologia Humana e Ecologia Política e uma perspectiva interdisciplinar, recorrendo a técnicas qualitativas (sobretudo etnográficas) e quantitativas no estudo de sociedades rurais em África. A sua pesquisa empírica inclui Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Conakry, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, mas a Guiné-Bissau (onde começou a trabalhar em 1990) é o país onde se sente em casa.*

**Chapéu, em Felupe, compentacu**  
Séc. XX  
Fibras de palmeira de leque. alt. 35 | diâm. 46cm  
Col. Particular  
©Luís Pavão 2018

**Arco Musical (Berimbau). Angola.**  
Adquirido em 1965  
Madeira. comp. 107cm | larg. 16cm | alt. 10cm  
Museu Nacional de Etnologia. Lisboa. inv. Ag-557  
©Luís Pavão 2018

# Criatividade

Hugo Ribeiro da Silva - KING'S COLLEGE LONDON

Berimbau. Hungo. Xitende. De Angola para o Brasil, de África para o Mundo, o berimbau é um dos símbolos da arte musical produzida em várias regiões do continente africano. Ele faz-nos lembrar o evidente: África também tem cultura, arte e criatividade. Mas, curiosamente, muitos associam o berimbau sobretudo ao Brasil e à sua dança da capoeira. Não por acaso. Tendo atravessado o Atlântico nos navios negreiros, ele simboliza a (re)criação da cultura africana nas Américas. Símbolos da resistência contra a escravidão, berimbau e capoeira são, portanto, muito mais do que expressões de arte e de criatividade. São símbolos de resistência e persistência.

*Hugo Ribeiro da Silva é Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (Florença, Itália). Entre 2012 e 2016 participou no projecto Bahia 16-19. Foi investigador responsável de O Atlântico dos outros, projecto financiado pela Fundação Gulbenkian e em parceria com a Associação de Professores de História, e que teve como um dos resultados a produção de vídeos didácticos sobre a História de África e da escravatura. Foi co-editor*



*do livro "Salvador da Bahia. Retratos de uma cidade atlântica" (séculos XVII-XIX). Actualmente é Marie Curie Research Fellow no King's College London, onde lecciona História Atlântica e da Escravatura e desenvolve o projecto "Race, Church, and Colonial Government in the Atlantic: the case of Angola in the age of Enlightenment".*



# Djidiu

Ana Martinho - CHAM / NOVA FCSH



**A Batalha de Tabatô**  
Realização de João Viana  
2013

A comunidade de Tabatô, na Guiné-Bissau, é coautora e personagem coletiva do filme de João Viana. Trata-se de uma aldeia de músicos, “mestres na arte de falar”, ilustres historiadores e divulgadores da palavra coletiva. São os *djidius*. Sabem que deles depende a sobrevivência de toda uma nação: é pela palavra milenar guardada, partilhada no momento certo e acrescentada, que se pode determinar o futuro e construir a paz.

O aclamado filme *A Batalha de Tabatô* recupera e relembra a importância para o Mundo daquilo que o Império do Mali constituiu em termos civilizacionais, com as suas múltiplas “Portas” [províncias, reinos], ao mesmo tempo que permite interrogar a condição pós-colonial. O argumento central é a importância da música de criação e expressão coletiva como fator de coesão social, política e histórica. Nele se discute a autodefinição cultural de uma comunidade.

*Professora de Literaturas e Culturas Africanas desde 1989. Docente na Universidade Nova de Lisboa - FCSH e investigadora integrada e subdiretora do Centro de Investigação CHAM. Como docente ou conferencista convidada, tem colaborado com instituições de ensino superior, nomeadamente a Universidade da Califórnia, Berkeley; City University of New York (CUNY) - The Graduate Center; Universidade Agostinho Neto e ISCED, Luanda; ISCEDs e Universidades do Lubango e do Huambo; Universidade de Cabo Verde; Sorbonne Nouvelle; Oxford University; SOAS. Publicou até hoje cerca de 70 títulos, entre obras individuais, coletivas, artigos científicos e de divulgação geral e faz parte dos Comitês editoriais de 4 revistas académicas, 1 nacional e 3 estrangeiras.*

# Duração

João Vasconcelos - ICS / UL

Em 1964, quando António Carreira adquiriu este pano para o Museu de Etnologia do Ultramar, havia sessenta e um tecelões activos na ilha de Santiago. A panaria estava quase extinta em Cabo Verde e cabia ao Museu salvá-la para memória futura. Contudo, a produção de algodão e anil e a arte da tecelagem constituíram a base da colonização agrária e escravocrata do arquipélago, antes deserto, a partir de fins do século XV. E foram a base da sua economia até ao século XVIII. Na Senegâmbia, muito antes de ser levado para as ilhas, o fabrico e o uso de vestuário em algodão tinham progredido a partir do ano mil pelas rotas continentais de comércio e expansão do islão. Tecidos em longas bandas com menos de um palmo de largo, depois cosidas, os “panos de vestir” usaram-se durante séculos, com várias funções. Com panos traziam as mulheres os bebés às costas, com panos enrolavam as ancas, com panos se selavam casamentos e se compravam escravos, em panos se acumulava aforro ou capital, e se amortalhavam os mortos. Produzidos por gerações de tecelões, escravos e camponeses livres, os panos de Cabo Verde foram uma mercadoria valiosa que correu como moeda nos negócios entre reinos africanos e mercadores muçulmanos e europeus. A técnica de fabrico e os padrões decorativos, talvez por isso, pouco mudaram na longa duração.

*João Vasconcelos é antropólogo e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Desenvolve desde 2000 investigação histórica e antropológica sobre Cabo Verde.*

**Pano d'obra Bicho. Ilha de Santiago, Cabo Verde  
Adquirido em 1963  
Algodão. comp. 173 | larg. 80cm  
Museu Nacional de Etnologia. Lisboa  
Inv. MNE AC.078**





# Panaria

Arlindo Manuel Caldeira  
CHAM / NOVA FCSH



Pano Kuba  
Sudoeste do Congo. Povo Kuba  
Séc. XX  
Ráfia. alt. 48 | larg. 47cm  
Museu do Dinheiro (Banco de Portugal). Lisboa  
©Coleção do Banco de Portugal

Cerca de 1506, dizia Duarte Pacheco Pereira: “Neste reino do Congo se fazem uns panos de palma, de pêlo como veludo e [alguns] deles com lavores como cetim aveludado, tão formosos que a obra deles se não faz melhor em Itália”.

Elaborados a partir das folhas de determinados tipos de palmeiras, esses tecidos, que eram também fabricados, com diferentes nomes, noutras regiões da África Centro-Occidental, tiveram uma grande divulgação no século XVII. Alguns deles eram destinados a vestuário e a ofertas cerimoniais mas outros circulavam localmente como moeda. Em Luanda, onde, durante o referido século, não existia moeda metálica, também os portugueses adoptaram, como moeda, pequenos panos de fibra de palmeira (*libongos*), importados do Loango, que eram usados para o pagamento da infantaria e aceites no comércio corrente, sendo conhecidos como “dinheiro de palha”.

A tradição de qualidade no fabrico dos tecidos de palma manteve-se até aos nossos dias, nomeadamente entre o povo Kuba (República Democrática do Congo).

*Arlindo Manuel Caldeira - Professor reformado, sou investigador do CHAM, Universidade Nova de Lisboa. Os meus interesses actuais de pesquisa centram-se na história social de Angola e das ilhas do golfo da Guiné nos séculos XVI a XVIII e nos problemas do tráfico de escravos e da escravidão.*

# Poder

Alexandra Curvelo  
IHA / NOVA FCSH



Na década de 1480, quando os Portugueses estabeleceram contacto com o reino do Congo, raptaram alguns nobres congolezes (*Miwissikongo*) e Kasuta, um dos membros da família real, que era simultaneamente *Mani Vunda*, a principal autoridade espiritual do Congo. Em Lisboa, estes homens aprenderam português e tiveram o primeiro contacto com o Cristianismo. Quando regressou ao Congo, Kasuta foi uma figura central na intermediação entre o rei D. João II e Nzinga a Nkuwu, o *Mani Kongo* (Rei do Congo). Uma série de factores, incluindo as próprias percepções de Kasuta, concorreram para que os portugueses fossem associados à terra dos mortos, acreditando-se que o rei português fosse *Nzambi Mpungu*, a mais alta autoridade ou poder sobrenatural, o complemento de Mani Kongo, de acordo com a cosmologia tradicional local. Foi neste contexto que o rei do Congo se converteu ao Cristianismo, recebendo o nome de Afonso I após o baptismo, em 1512. Os equívocos associados a estes episódios espelham-se também neste crucifixo. Objectos como este, em que a cruz é ao mesmo tempo uma metáfora do cosmos e um diagrama da trajetória da vida humana ao atravessar os reinos dos vivos e dos mortos, eram utilizados no Congo não só como emblemas do ritual religioso, mas também enquanto símbolos de autoridade e de justiça.

*Alexandra Curvelo - Trabalhei na área dos Museus entre 1996 e 2014, antes de integrar o Departamento de História da Arte da NOVA-FCSH como Professora Auxiliar, a que associo agora a sub-direcção do Instituto de História da Arte (IHA, NOVA FCSH). Estudo a presença portuguesa na Ásia, Sobre África, comissariei com Manuel João Ramos a exposição O Destino Etíope do Preste João (MNAA, 1999) e trabalhei a iconografia do Preste João na cartografia portuguesa do século XVI.*

**Crucifixo (Nkangi Kiditu)**  
Africa, Zaire, Congo  
Séc. XVII  
Madeira e metal. alt. 53.5cm  
Jorge Welsh Works of Art. Ref. 8068  
© Jorge Welsh Works of Art, Lisbon/London



# Preservar

*Maria Emília Madeira Santos - Investigadora Coordenadora em História*

Esta peça executada em tecido de fibra de palmeira (*Raphia Vinífera* P. Bauv.) é obra de vários artistas e artesãos: os inventores dos motivos, reis da Kuba; os tecelões e as bordadoras de *mabela* das margens do Cassai; e um alfaiate *ambaquista*. As intervenções de todos estes homens e mulheres, dispersas no tempo e no espaço, foram preservadas na íntegra até à conclusão da peça. As bordadoras interpretaram e reproduziram os desenhos originais, criados pelos chefes, como prova intelectual ao longo de gerações. O alfaiate combinou sabiamente tecidos e motivos vários, de forma a obter uma simetria aparente e harmoniosa. No seu todo, esta peça é uma invenção em que está contada a História de povos que se movimentaram no vasto cenário da África Central Ocidental. Uma população vizinha do Reino do Congo que, segundo a tradição, emigrou no século XVII para as margens do Cassai, levando consigo a sua arte, presente na corte do rei do Congo, e descrita por Duarte Lopes no século XVI. Os Quiocos que avançaram até à Kuba, nos meados do século XIX, acompanhados por *Ambaquistas*,

conhecedores do ofício de alfaiate, ensinados por missionários desde o século XVII. A gente do corredor do Cuanza que trazia até Luanda os também chamados «veludos do Cassai». A ideia de criar uma peça de vestuário europeu em ricos tecidos africanos legou-nos um registo simultâneo de duas culturas em presença, que ainda hoje pode ser interpretado.

*Maria Emília Madeira Santos - Investigadora Coordenadora em História (1986). Directora do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/ IICT (1987-2007). Organizadora da Reunião Internacional de História de África (1988-2003). Obras Principais: Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África, CEHCA / IICT, Lisboa, 1978. Viagens e Apontamentos de um Portuense em África. Diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto, leitura, introdução e notas, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1986. Nos Caminhos de África. Serventia e Posse. Angola Século XIX, CEHCA / IICT, Lisboa, 1998. História Geral de Cabo Verde, coord., Vols I, II, III, IICT/IIPC, Lisboa/Praia, 1991, 1995, 2002.*

Casaco de homem costurado por um alfaiate *Ambaquista*  
Tecido de fibra de palmeira  
larg. 49 | comp. 73cm | peso 1045gr  
Coleção etnográfica do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT)  
Museu Nacional de História Natural e da Ciência  
Universidade de Lisboa  
Inv. IICT-MAM/617-002



# Protecção

Manuela Cantinho  
Sociedade de Geografia de Lisboa  
CH / FLUL



De entre a diversidade de objectos africanos os *minkisi* são talvez os que têm gerado maiores enganos interpretativos. Para além da destruição de muitos exemplares durante o séc. XVII, as classificações a que estiveram sujeitos evidenciam esse desencontro. “Manipanças”, “feiticeiros casamenteiros”, “feitiços justiceiros”, etc., foram algumas das designações atribuídas aos *minkisi* (s. *nkisi*) nos finais do séc. XIX, princípios do séc. XX. Contrariamente, para os Kongo, um *nkisi nkondi* assegura a protecção individual ou da comunidade. Assegura as funções terapêuticas, detecta e anula as ameaças e intervem nos diferendos do grupo. Os seus “gestos”, bem como os seus acessórios, revelam-nos uma parte importante dos seus significados. A sua eficácia depende dos conhecimentos do especialista do culto (*nganga*), que activa as potencialidades do *nkisi nkondi* e estabelece, através dele, os contactos com os antepassados.

*A Sociedade de Geografia de Lisboa participa em estudos comparativos com colecções congéneres; projectos de investigação; publicações; tem uma exposição permanente; realiza exposições temporárias; participa em exposições internacionais; tem actividades na Comissão Africana e na Secção de Etnografia.*  
Manuela Cantinho. *Doutorada em Antropologia pelo ISCTE, Área de investigação: Colecções etnográficas extra-europeias. Museu de Antropologia (séc. XIX-XX). Professora de Museologia. Curadora do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa. Membro da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa.*

**Nkisi Nkondi, Congo, Angola**  
Séc. XIX  
Madeira, ferro, espelho, tecidos, pigmentos  
Alt. 80 | larg. 38 | prof. 30cm  
Sociedade de Geografia de Lisboa  
Inv. SGL-AB-296  
©Carlos Ladeira

# Resistência

*Djass - Associação de Afrodescendentes*

A narrativa eurocêntrica tende a reduzir a História de África ao colonialismo, criando uma visão mitificada e ficcional de um continente sem História, incivilizado e primitivo.

A fantasia criada pela etnomusicologia caracteriza as culturas musicais africanas como fundamentalmente rítmicas, distanciando-as da mente, a força geradora da música erudita, lançando-as numa ordem arcaica, qualitativamente menor que a europeia.

O *kora*, secular instrumento ligado aos *djidius/griots*, à cultura mandinga do Reino de Gabú e do Império do Mali, desafia o estereótipo colonial sobre as Culturas Africanas revelando a diversidade e resistência dos legados civilizacionais da África Ocidental.

*Beatriz Gomes Dias - Fundadora e dirigente da Djass, Associação de Afrodescendentes. É uma organização antirracista, sem fins lucrativos. Estamos empenhados na descolonização epistemológica do conhecimento, combatendo a visão eurocêntrica da História e reivindicando o contributo das/os africanas/os na construção do conhecimento, da cultura e da História.*



**Cordofones, Kora-Harpa Africana**  
Cabaça, pergaminho, vara de madeira de arbusto, metal  
Museu Nacional da Música. Lisboa | inv. MM 473

# Sabedoria

*Maria Manuel Torrão - CH / ULisboa*

Oriundos, na sua maior parte da região do Rio Cacheu, os panos d'obra eram executados por experientes tecelões [dos povos] manjacos e papéis que já viviam nesta zona quando da chegada dos portugueses à costa da Guiné. Panos executados com recurso a um saber ancestral, eram obras de tecelões africanos que haviam passado este conhecimento ao longo de gerações.

Denotando um extremo bom gosto, o *Pano Dama*, executado em linha preta e branca, tem uma designação que se liga com o antropónimo feminino, *Damá* (Senhora) em manjaco; contudo, esta qualificação de *Dama* (Jogo) pode também relacionar-se com o conhecido jogo, quando a parte central do pano se assemelha a um "tabuleiro de damas". Servindo para vestuário e para cerimoniais variados, desde celebração de contratos, a uniões, a rituais iniciáticos, a lutos ou a amortalhamento de cadáveres, as dimensões deste exemplar e as técnicas de execução são semelhantes às dos panos de tecelagem cabo-verdiana.



**Pano d'obra Damá Grupo Papel ou Manjaco**  
Bissau, Guiné-Bissau  
Adquirido em 1963  
Algodão. comp. 194,50 | larg. 123cm  
Museu Nacional de Etnologia. Lisboa  
Inv. AF.306



Se foi da costa da Guiné que foram transportados para Cabo Verde os escravos africanos que levaram a sabedoria ancestral da execução dos panos de algodão, nas ilhas, a panaria incorporou inovações e temáticas luso-cabo-verdianas que a enriqueceram e complexificaram; mais tarde, nas constantes deslocações de portugueses e caboverdianos à Guiné redifundiram-se na região de Cacheu estes novos saberes na arte da tecelagem.

*As ilhas de Cabo Verde e a região da costa de Guiné entraram na vida profissional de Maria Manuel Torrão quando esta integrou a equipa mista luso-cabo-verdiana que elaborou a História Geral de Cabo Verde no Instituto de Investigação Científica Tropical. Investigadora deste Instituto de 1987 a 2015, continua atualmente os seus trabalhos de investigação no CH da Faculdade de Letras da ULisboa, faculdade onde se leciona, pela primeira vez em Portugal, História de Cabo Verde.*

# Sincretismo

*Pedro Teotónio Pereira  
Museu de Lisboa-Santo  
António - EGEAC / Câmara  
Municipal de Lisboa*



*Toni Malau* ou *Santo António da boa sorte* é o nome atribuído a pequenas imagens em marfim ou madeira provenientes do antigo reino do Congo. Representam o santo que os missionários portugueses e italianos levaram para África no século XV mas que depressa foi apropriado pelas crenças locais e transformada em amuleto, trazendo boa sorte ao seu detentor e curando os ferimentos em que tocava. Testemunho do sincretismo religioso africano, a imagem do *Toni Malau* irá acompanhar a diáspora negra, tornando-se um símbolo subversivo da resiliência deste povo, tanto em África como no continente americano.

**Toni Malau (Santo António da Boa Sorte)**  
Proveniente do antigo reino do Congo  
Séc. XIX  
Marfim. alt. 7,5 | larg. 3 | prof. 2cm  
Museu de Santo António MLSA.ESC.0235  
©José Avelar 2018

*Pedro Teotónio Pereira é Licenciado em Antropologia Cultural (1990, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e Mestre em Museologia e Património (1996, FCSH da UNL), tem desenvolvido a sua investigação na área da religiosidade popular, assim como sobre as tradições e devoções a Santo António em Portugal e nos países de evangelização portuguesa.*

**Museu de Lisboa – Santo António**  
Núcleo do Museu de Lisboa dedicado à figura de Santo António, cidade onde nasceu e onde viveu até aos 20 anos. Neste museu podemos descobrir a vasta iconografia de Santo António e a sua história, assim como as tradições do santo casamenteiro, do santo dos objetos perdidos e as diversas festividades que ainda hoje marcam o calendário em Lisboa. Apresenta também as formas singulares de que se reveste o seu culto em Portugal e nos países de evangelização portuguesa e que transformaram Santo António num dos santos mais populares em todo o mundo. Conhecer Santo António é compreender um pouco mais da identidade cultural do lisboeta e do povo português.



# Transfiguração

Rui M. Pereira - IHC /NOVA FCSH

No termo das rotas transarianas, onde o deserto começa a ceder à savana, no delta interior do Alto-Níger, instalaram-se e desenvolveram-se ao longo de séculos estruturas políticas centralizadas, os impérios Soninke, Gana, Mali, Songhay e, finalmente, o Império Bambara (séc. XVI-XVII). Nesta região charneira o comércio a longa-distância, o negócio e permuta de bens do interior da África subsaariana com os bens que provinham dos mercados mediterrânicos, a Norte, possibilitou a acumulação de riquezas que fundamentou a estratificação social, a especialização profissional, o desenvolvimento das artes e das representações. Toda essa densidade histórica reflete-se na expressão teatral Sogobò, um teatro de máscaras dos povos da região (Boso, Sòmò, Bamana, Marka), como esta marioneta que figura uma personagem humana (Maani).

*O Museu da Marioneta foi criado em 1987 pela Companhia de Marionetas de São Lourenço. Em 2000, a falta de recursos da companhia colocava em risco a subsistência do projeto, mas a importância do*

*acervo levou a Câmara Municipal de Lisboa, através da empresa municipal EBAHL (mais tarde EGEAC), a celebrar um acordo com a proprietária da coleção original, o que permitiu a manutenção do museu e a sua transferência para o Convento das Bernardas, um espaço com as condições de dignidade que merece. O Museu está instalado no Convento das Bernardas, no Bairro da Madragoa, desde novembro de 2001.*

*À coleção original foi sendo acrescentado um vasto espólio de máscaras e marionetas portuguesas e do mundo, através de compra, depósito e ofertas de colecionadores. O Museu promove regularmente exposições temporárias e espectáculos de marionetas e oferece um vasto e abrangente programa educativo para escolas, famílias e adultos, com momentos de descoberta e experimentação através de visitas e oficinas dinâmicas e participativas, estimulando a criatividade e promovendo o gosto pelo teatro de marionetas, contribuindo para a descoberta e preservação do universo da marioneta, desenvolvendo o gosto pela arte, o respeito pela diversidade cultural e a valorização do património.*

Rui M. Pereira, doutor em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) - Investigador integrado do IHC (Instituto de História Contemporânea) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. Pesquisa e leciona matérias na área do Colonialismo, Políticas Coloniais, Museologia, Gestão Cultural. Tem comissariado exposições de arte africana com destaque para “África – diálogo mestiço”, “A coleção de arte contemporânea africana de Pancho Guedes”, “Nas Vésperas do Mundo Moderno - sociedades africanas e brasileiras nos séculos XVI a XVIII”, entre muitas outras.



**Marioneta Marka-Bamana (Bamana)**  
Mali  
Madeira, metal, tecido e cordão de algodão  
Alt.45 | larg. 52 | prof. 13,5cm  
Museu da Marioneta. Lisboa  
Inv. MM1399

# Contar Áfricas!

25/ 11/ 2018 a 21/ 04/ 2019  
Padrão dos Descobrimentos

## Coordenação

Margarida Kol de Carvalho  
Maria Cecília Cameira

## Coordenação Científico-Museológica

António Camões Gouveia

## Comissariado Científico

Alberto Oliveira Pinto  
Alexandra Curvelo  
Ana Isabel Palma Santos  
Ana Maria Martinho  
Ângela Barreto Xavier  
Arlindo Caldeira  
Aurora Almada  
Beatriz Gomes  
Carlos Osvaldo de Sousa  
Catarina Madeira Santos  
Cristina Brito  
Cristina Nogueira da Silva  
Cristina Valentim  
Edalina Rodrigues Sanches  
Emília Sande Lemos  
Filipa Lowndes Vicente  
Hugo Ribeiro da Silva  
Inês Beza Barreiros  
Isabel Castro Henriques  
Joacine Katar Moreira  
João Vasconcelos  
Jorge Fonseca  
Manuel dos Santos  
Manuela Cantinho  
Maria Emília Madeira Santos  
Eugénia Rodrigues  
Maria José Roxo  
Maria Manuel Torrão  
Marina Temudo  
Miguel Barros  
Nuno Domingos  
Nuno Senos  
Paulo Almeida Fernandes  
Paulo Ferreira da Costa  
Paulo Granjo  
Pedro Cardim  
Pedro Schacht Pereira  
Pedro Teotónio Pereira  
Philip J. Havik  
Ricardo Roque  
Rosário Severo  
Rui Pereira  
Santiago Macías

## Secretariado Executivo

Conceição Romão  
Rita Lonet

## Mediação Científico-Pedagógica

Serviço Educativo - Padrão dos Descobrimentos

## Conservação Preventiva

Maria Helena Nunes - Mão de Papel, Lda

## Conceção Plástica e Realização

Teresa Nunes da Ponte  
Rita Soares  
- teresa nunes da ponte, arquitectura

## Desenho Gráfico da Exposição

Overshoot Design

## Imagem Gráfica - Materiais Gráficos

Oland - Denominação de Origem Criativa

## Produção Audiovisual

Digital Azul

## Projeto Audiovisual

Monstro Criativo

## Vinis e Papel de Parede

Astro Magenta, Lda

## Projeto de Luminotecnica

Vitor Vajão

## Tradução

Nuno Rosalino & Georgia Morgan  
Rosinha de Castro Mamede

## Edição

EGEAC E.M.

## Tiragem

1.000

## ISBN

978-989-8167-84-2

## Depósito Legal

449054/18

## Impresso em papel

Capa: olin branco brilhante 300gr.  
Miolo: coral book branco, 90gr.

## Fontes usadas

Benton Sans  
Leitura News

© autores dos textos e fotografias

## Instituições

ANGOLREFLEX - Plataforma de Reflexão Angola Associação Cívica  
APH - Associação de Professores de História  
APROFGEO - Associação de Professores de Geografia  
Ceaf/EHESS - Centre d'études africaines - École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris)  
CEDIS/NOVA - Centro de I&D sobre Direito e Sociedade - Universidade NOVA Lisboa  
CEF / ISA ULisboa - Centro de Estudos Florestais - Instituto Superior de Agronomia - Universidade de Lisboa  
CEI/IULisboa [ISCTE] - Centro de estudos Internacionais - Instituto Universitário de Lisboa [Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa]  
CES/UC - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra  
CH/ULisboa - Centro de História - Universidade de Lisboa  
CHAM, FCSH/NOVA - Centro de Humanidades /Universidade NOVA de Lisboa  
CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais Universidade NOVA de Lisboa  
CML - Câmara Municipal de Lisboa  
DJASS - Associação de Afrodescendentes  
FLUL e CEsA / ISEG ULisboa - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina - Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade de Lisboa  
ICS/ULisboa - Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa  
IHA, FCSH/NOVA - Instituto de História de Arte / Universidade NOVA de Lisboa  
IHC FCSH/NOVA - Instituto de história Contemporânea Universidade Nova de Lisboa  
IHMT NOVA - Instituto de Higiene e Medicina Tropical Universidade NOVA de Lisboa  
IICT (ISA) - Instituto de Investigação Científica Tropical - Instituto Superior de Agronomia  
King's College  
ML - Palácio Pimenta - Museu de Lisboa - Palácio Pimenta  
ML - Santo António - Museu de Lisboa - Santo António  
MNA - Museu Nacional de Arqueologia  
MNE - Museu Nacional de Etnologia  
Museu da Ciência da Universidade de Coimbra  
Museu da Farmácia  
Museu da Marioneta  
Ohio State University  
SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa

## Horários

25.11.2018 / 28.02.2019  
de terça a domingo, das 10:00 às 18:00  
(última entrada 17:30)  
01.03.2019 | 21.04. 2019  
todos os dias, das 10:00 às 19:00  
(última entrada 18:30)

